



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2019

Ata n.º 31

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de setembro, 1.º aditamento de dezanove de setembro e 2.º aditamento de 23 de setembro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 26-06-2019 e 25-07-2019;-----

PONTO TRÊS: Eleição de um Presidente de Junta de freguesia e um substituto, também Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a participação no XXIV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 5.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022, tal como determina a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 5.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2019, tal como determina a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao acordo de colaboração entre o Município de Albufeira e a Direção Regional de Cultura do Algarve no âmbito da valorização, restauro e conservação da muralha sudeste do Castelo de Paderne;-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta - Gestão da Vila Algarviana (01-06-2019 a 31-05-2020); -----

PONTO OITO: Tomada de conhecimento da "Correção material da alteração ao Regulamento do Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira"; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos



termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta visando aprovar as minutas de contratos interadministrativos de delegação de competências do Município de Albufeira na freguesia de Ferreiras, na Freguesia da Guia e na Freguesia de Paderne; -----

PONTO DEZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, referente à proposta visando a manutenção, no município, das competências previstas nas alíneas a) e b) (embora parcialmente) e nas alíneas g) e m) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, diploma que veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, referente à proposta relacionada com as minutas dos acordos (em número de três) para transferência de recursos, a propor as juntas de freguesias de Ferreiras, guia e Paderne, elaborados ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril - diploma que veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta visando a manutenção, no município, para o ano de 2020, das competências previstas nas previstas nas alíneas a) b) e d) (embora parcialmente) e nas alíneas g) e m) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, diploma que veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, relativamente à freguesia de Albufeira e Olhos de Água;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a minuta de acordo, para transferência de recursos a propor à junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, elaborado ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril - diploma que veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta visando aprovar a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Albufeira na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----



PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais - Área da Saúde - Ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais - Áreas Portuário-Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento - Ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0%;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Lançamento de Derrama para o Ano de 2020 em 0%; -----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis em 0,3% para prédios urbanos;-----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Participação Variável no IRS em 0%; -----

PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta de alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior do Município de Albufeira;-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para Aquisição de Serviços para Realização de Estudo Geomorfológico, Geológico, Paleogeográfico e Inventário de Geossítios do Concelho de Albufeira, a Incluir no Território do Geoparque Loulé - Silves - Albufeira, pelo valor base de 19.280,00 € + IVA; -----

PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para



Fornecimento Contínuo de Tintas, Diluentes e Acessórios de Pintura, pelo valor base de 74.108,00 € + IVA; -----

PONTO VINTE E QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafetação de áreas do domínio público municipal - Loteamento Urbano - Alvará n.º 10/1993;-----

PONTO VINTE E CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Mesa da Assembleia Municipal, de tomada de posição sobre o pagamento das senhas de presença aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO VINTE E SEIS: Apreciação e votação da Moção apresentada pela CDU - Preservar o Ambiente e a Natureza, Prevenir Alterações Climáticas.-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Elisabete Filomena Lopes Machado (suplente PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), José Manuel Guerreiro Vila-Nova (suplente PSD), Óscar Agostinho Hilário (suplente BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Manuel da Conceição Oliveira (suplente PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, a vogal da Junta de freguesia de Ferreiras - Sandra Costa, o secretário da Junta de freguesia da Guia - José Cabanita e de Paderne - Miguel Coelho.-----

Faltas: Ana Cristina Pinto, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Helena Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo e Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Dinis Nascimento.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Carlos Oliveira, José Vila-Nova, Elisabete Machado, Óscar Hilário, vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras - Sandra Costa e secretário da junta de freguesia da Guia - José Cabanita.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -



Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Cátia Reis: Boa tarde a todos, estou aqui a dar voz aos pais da Escola Básica de Paderne 1.º Ciclo porque estamos atentos a variadas situações que estão a se passar naquele Estabelecimento de Ensino e não concordamos com a não resposta para estes problemas, porque achamos que os mesmos estão a colocar em causa a segurança dos nossos filhos. Passo a enumerar alguns: Falta de funcionários de vigilância, eu não consigo distinguir bem entre auxiliares e assistentes operacionais mas o que eu sei é que as crianças têm de ser vigiadas para que não se coloquem elas próprias em risco ou outras. Posto isto, até ontem tínhamos três funcionárias a cem por cento e uma a setenta por cento que estar lá ou não estar é a mesma situação. Eu sei que hoje foi lá colocada outra pessoa, não sei se é efetivo ou não, também sei que a gestão dos funcionários compete à Escola e não à Câmara mas visto ser a Câmara que faculta os Recursos Humanos a minha questão é: será que estes Recursos Humanos estão a ser bem distribuídos? Fica a questão no ar, porque a meu ver cento e vinte crianças no espaço da escola de Paderne, que é um espaço com vários recantos onde as crianças não podem ir à casa de banho sozinhas, não é, tendo em conta que neste momento temos alunos com idades de catorze anos e outros de cinco que acabaram de entrar para o primeiro ano, condicionais, são idade completamente díspares e em fases diferentes, isso a mim preocupa-me. Porque a nível de força e de outros problemas que possam surgir, eu sei por lei que as crianças até aos quinze anos podem frequentar o primeiro ciclo, mas preocupa-me, acho que não há vigilância suficiente. Este é o ponto principal, depois temos a parte da cantina. A cantina também não está a funcionar como deve por falta de pessoas, duas pessoas a levar os pratos às crianças como é que conseguem ao mesmo tempo controla-las? Estamos a falar de cinco turmas, cento e vinte crianças, naturalmente que não o irão conseguir fazer. E depois temos situações como já se passavam o ano passado e já se passavam neste ano, portanto acho que também tem de ser visto. A minha sugestão nessa parte é os professores também darem um bocadinho de auxílio dentro de uma gestão mais controlada, mas mais não sei, acho que as entidades competentes deverão ver esta situação. E depois temos a situação do ATL, eu pergunto: "Quais são os requisitos utilizados para a admissão das



crianças para o ATL? Porque pelo que eu andei a pesquisar não encontrei esses critérios, logo não sei se estará ou a não a ser feito uma seleção rigorosa na mediada em que, as declarações que são pedidas, pelo que me chegou, não sei se haverá verdade ou não, que são passadas à mão pela própria pessoa. Se assim for, se não for um papel timbrado e carimbado sendo uma pessoa com uma atividade aberta eu acho que a legitimidade desses papéis não é nenhuma. Certo? Por isso ficaram nove crianças em lista de espera no ATL para o ano letivo, ficaram dezasseis crianças na interrupção do Natal e ficaram dezoito na interrupção do carnaval e dezoito na interrupção da Páscoa. A minha questão seria: não haveria possibilidade de abrir outra turma? Eu efetivamente andei a pesquisar mas não encontrei qual é o número mínimo para abrir uma turma de ATL, mas imagine que aqui mais uma vez se coloca a situação da necessidade de recursos Humanos extra. Terminado o ATL, deixar também esclarecido que também existem crianças com cuidados especiais nestas cento e vinte crianças, eu não consegui apurar o número, mas, posto as diferente idades, posto, as crianças com necessidades especiais e posto, crianças com idades de cinco anos naturalmente temos aqui situações que podem surgir complicadas. E outra situação que eu venho a batalhar desde o ano passado é a ponte, porque muitas das vezes os nossos filhos chegam-nos a casa a dizer que, determinado grupo lhes diz que vai pegar nele e vai manda-lo da ponte abaixo. E quando falo da ponte, falo também, na situação das escadas para o jardim-de-infância que também tem um portãozinho bastante baixo e falo daquele espaço interior que está aberto que também vem para baixo, é certo, que está lá um muro mas tendo crianças com a minha estatura na escola facilmente pegam noutra criança e os atiram de lá para baixo. Outra situação que eu acho que deve ser verificada, sendo a Câmara responsável por aquele espaço também deveria ter estes cuidados, porque a mim já me disseram que esta situação não é falada de agora que já vem de há muito tempo atrás. Estamos à espera do quê? Que aconteça alguma coisa grave para agirmos. Não. Eu acho que enquanto mãe e estou aqui por todas as crianças que estão em Paderne e não aceito isso como resposta, porque não quero ver nem o meu filho nem o filho de ninguém lá a ficar mal. Por agora está tudo, muito obrigada por nos ouvirem".-----

Presidente da Assembleia: Estamos cá para isso, e por isso é que há o período de intervenção do público. -----



Maria Cavaco: "Boa noite a todos os presentes, a minha vinda aqui deve-se a um acidente que aconteceu hoje no Cerro de Águia. Eu estive aqui na última reunião, alertei para a falta de estruturas, para os problemas de construção que lá existem, passado uma semana e ninguém lá apareceu, nem fiscais, nem Policia Municipal, zero, não se viu lá ninguém da Câmara. E então hoje, como andavam a colocar lá as pedras à pressa com betão foi uma pedra com dois metros de diâmetro, caiu da falésia para a casa de uma pessoa que vive lá em baixo. Eu pergunto à Câmara: O que é que faz com que estas obras no Cerro de Águia não tenham qualquer fiscalização? Inclusive, há duas obras da mesma pessoa, tem lá um muro em cima da zona REN, já lá estive a CCDDR, o muro está construído, é suposto ser deitado abaixo a até agora ainda não foi lá ninguém da Câmara fazer rigorosamente nada. A pessoa que me transmitiu esta informação infelizmente por motivos de trabalho não pode estar aqui presente hoje nesta reunião. E o que se passa é o seguinte: Todos os dias surgem obras, as obras que lá estão, duas delas eu dei-me ao trabalho de ir lá ver no placar porque o senhor no outro dia perguntou-me se eu sabia quem era o dono da obra, eu não me interessa quem são os donos das obras, o que me interessa é a informação. Duas foram demolidas e para serem reconstruídas com alterações e lá no placar o que diz é "construção" não diz "demolição e reconstrução", não entendo porquê. Uma delas supostamente a piscina ainda vai ser construída na frente, ora estamos a falar em casas em cima da falésia, as pedras estão a cair lá para baixo. O que é que os Senhores pretendem fazer a nível de fiscalização, uma vez que tem uma Policia Municipal tão eficaz na zona da restauração por causa das ementas, lá ninguém fiscaliza nada? Eu vivo lá há cinquenta e seis anos, não sei como é que é possível, construir em cima da falésia, construções daquela dimensão, é um pandemónio em termos de trânsito. Hoje quando cheguei à casa da minha mãe estava já lá a betoneira a pôr betão para colar as pedra, não sei como, se aquilo ainda nem sequer a escavação acabou. Quando eu construí a minha casa há trinta anos todas as pedras que foram retiradas lá da obra eu tive de pagar a um camião para as levar, não sei agora o que é que mudou. Portanto o que eu deixo aqui é: quero ver fiscalização da Câmara no Cerro de Águia, porque não existe lá fiscalização alguma, eles poem umas placas na estrada e ninguém passa lá para o lado das obras deles, eles fazem o que querem e a gente só sabe das obras quando as obras estão concluídas, estamos em plena século vinte e um. Quer dizer, o gabinete de urbanização da Câmara de Albufeira na zona do Montechoro que era suposto ser uma zona de luxo, é o que



temos, Forte de São João zona de luxo, é o que temos, Rua da Oura trabalhei lá vinte e cinco anos era uma boa zona, é o que temos, agora é o Cerro de Águia, é, para acabar? Acho que já temos aí falta de muita coisa, as pessoas têm que pensar, agir com rigor, determinação, e aplicar, a lei é igual para todos. Porque aquele senhor parece que é o dono daquilo tudo, o dono daquilo tudo não é ele, não é bem dono daquilo tudo, os outros também têm direito a lá viver, não estou lá para especular, ele está lá para especular, eu não, eu estou lá para viver lá e morrer lá, é tudo. E hoje só não morreu lá ninguém porque não estava lá ninguém em casa na altura, eu tirei fotografia, a pedra com dois metros de diâmetro está em cima do portão quase da senhora. Imagine que estava uma criança na rua a brincar na sua própria casa e leva com um pedregulho daqueles em cima, quer dizer, agente já não pode estar descansados nem na nossa casa". -----

António Cavaco: " Boa tarde, eu disse que cá voltava e cá estou. Pediram-me e eu limitei-me a tirar fotografia para vos dar conhecimento de facto quem são os donos da obra, no outro dia quando aqui estive perguntaram-me, e é só encontrar eu digo-lhes quem são os donos da obra. Como titular do alvará é: Pointclair, Lda. - Licenciamento foi de dezanove de junho de dois mil e dezanove, alvará de obras construção número cinquenta e quatro barra dois mil e dezanove. Aquilo que me chamou a atenção em relação a esta construção deve-se ao facto de, era uma casa que hoje teria sessenta e cinco anos, não está em causa, sou a favor do progresso como vos disse. Para construção, eles da piscina ao lado fizeram uma construção, presentemente daquilo que lá diz é que: pisos acima da cota soleira, um, pisos abaixo da cota soleira, um, a cota soleira, eu, de construções não percebo, para não me ficar equivocado estou convencido que abaixo de cota soleira será uma cave, correto. Será uma cave abaixo da cota soleira? É o que está aqui, o alvará foi passado pela Câmara. Um piso acima da cota soleira, a casa tem dois pisos e os ferros dos pilares que lá estão em princípio para fazer outro piso, que a mim não me interessa se fazem um ou não fazem, aquilo que eu vejo é que onde estava a casa que foi demolida está uma garagem, no outro lado, eu até tirei uma série de fotografias à história das pedras, como é que é possível, alguém nesta Câmara terá que de ter responsabilidade. Que, começam a construir uma obra, e eu sou a favor de construção digo-vos mais uma vez, e não se fazem os muros de suporte. Tenho aqui as fotografias, tirei mais do que uma, é só pedras, uma delas foi parar, até tirei a fotografia onde a casa da senhora onde a pedra foi parar, porque



é lógico, não é preciso ser engenheiro para chegar lá e ver o estado em que aquilo está. Eles começaram a perfurar, perfurar, começam às oito da manhã é até as seis da tarde, é bum bum bum, parece quase que um festival de batuque, mas isso não está em causa porque eles têm que o fazer. Aquilo que acontece é que a parede de suporte que as outras casa têm, eles encostaram uma série de pedras que têm escavado a um muro de um outro habitante no Cerro de Águia, aquele muro tem no mínimo dois metros de altura, sabe até que nível eles já colocaram pedra? Vá que existam cinquenta centímetros do topo do muro que circunda a propriedade até onde estão as pedras. Eles deveriam por lei, penso eu, que desconheço a lei mas irei-me informar em relação a essa lei, eles deveriam quando fazem a perfuração remover as pedras que lá estão, as pedras têm caído e irão cair mais, oxalá que não, oxalá que não aconteça nada de grave. Hoje apareceu lá um camião betoneira, como foi falado, o camião betoneira ocupa a estrada toda, se existir uma situação de emergência, existe ali muita gente já idosos, acesso não tem, porque os senhores estacionam, a estrada só cabe um automóvel, estacionam o camião betoneira, depois tem o outro camião que leva as pedras cinquenta metros mais à frente, e é de lamentar que ninguém tenha a ousadia de ir lá. Há fiscais de obras, a Câmara tem uma sessão de obras e tem o dever de ir lá para ver se estão construindo dentro das normas. As leis não são para enfiar debaixo da gaveta, os papéis não são metidos debaixo da gaveta, as leis são para cumprir e não conheço ninguém, não vivo cá há já muitos anos, agora que aquilo é admissível, não, não é. É inadmissível, de resto não temos mais a dizer, devem prestar atenção se autorizaram um piso acima da cota soleira, está no alvará. Já tem três pisos e preparado para fazer outro, que ainda ontem às oito da noite, eu tirei fotografias, lá andava o homem a manejar a grua para por material, a mim não me incomoda como eu lhe digo, é aceitável? Não, não é aceitável, e cabe aos senhores que são eleitos por quem aqui está neste conselho tomarem precauções, cuidados e se tiverem que suspender, suspendam. As outras Câmaras suspendem porque é que a Câmara de Albufeira não há de suspender, tem todo o direito para o fazer. É licenciamentos atrás de licenciamentos. Hoje reparei lá numa casa em que tem um disco e que diz: quarenta moradias aprovadas, eu não sou contra as moradias estarem aprovadas, cabe à Câmara informar o proprietário, meu caro amigo o senhor tem de criar aqui infraestruturas para construir aqui quarenta moradias. Eu não sei quem assina o projeto, eu não sou, as obras estão lá à vista, e, mais grave, a quinhentos ou seiscentos metros desta ultima



obra já lá estão mais terrenos que em princípio, os projetos devem chegar à Câmara, para serem aprovados que é o mesmo tipo de gente que lá estão, não sei se são Romenos, se são Americanos, não me interessa. O que é certo é, que os senhores têm o dever de quando olham os projetos de ver para o que é que eles são, e não tenho mais nada a dizer, têm de tomar ação, determinadas medidas não me compete a mim nem a quem tem filhos estar na sua própria propriedade e de um momento para o outro, olha, aconteceu. Porquê? Não tinha de acontecer. Nada mais tenho a dizer-lhe". -----

João Freitas: "Boa tarde a todos, é a primeira vez que cá venho e infelizmente nunca pensei em ter de vir cá. Estas duas histórias encaixam no naquilo que eu venho aqui dizer mas eu já tinha pensado em vir cá por um outro assunto que encaixa novamente neste assunto, que é o seguinte: Hoje Aconteceu este acidente, o tal pedregulho que o Sr. Cavaco menciona, não sei se dá para terem noção a todos os que estão aqui, mas simplesmente dava para esmagar uma pessoa, é quase do tamanho dum Smart, só para terem noção. Vindo daquela maciço rochoso em frente à Marina, agora reparem na velocidade e no peso que ela toma quando sai lá de cima, destrói a vedação, danifica parte do muro e atinge o portão. O meu cunhado estava a vinte metros com o canalizador, foi a sorte, ela toma o lado direito. Nós contactamos os fiscais da Câmara, contactamos a GNR, e, eu como cidadão preocupa-me, eu nunca pensei ter que vir cá e estar aqui perante os senhores e ter que falar assim, mas a mim preocupa-me como cidadão e residente da cidade que eu amo que, a GNR tenha chegado lá e o senhor fiscal que não é fiscal, não interessa quem era, não vou dizer nomes, chega lá três horas e meia depois, ligeiramente antes de uma reunião com alguns dos senhores, e a primeira abordagem do senhor fiscal é: Ok, aconteceu isto, eu vou tentar averiguar qual é a gravidade do assunto mas hoje se calhar não vou ter tempo. É aí que eu já não consigo ter aquele registo de pessoa normal perante uma situação daquelas. A GNR chega de pronto, a Proteção Civil chega a tempo e o senhor fiscal da Câmara, que todos nós temos trabalho, mas há prioridades e nesta situação eu disse-lhe. Liguei para cá à hora de almoço, alguém disse que não poderia incomodar os senhores fiscais porque estavam na hora de almoço, e eu perguntei a essa pessoa, mais uma vez não vou dizer os nomes, não vou citar um único nome aqui, se eu tivesse debaixo daquela pedra se os senhores continuavam a almoçar. Só para terem uma parte da gravidade da situação porque eu já vou ao resto. Isto para chegar ao caminho, que era isso, é isso que nós residentes estamos aqui para tratar, mas hoje há um dado novo que altera tudo. O



caminho, se hoje estivesse a chover, e temos aqui dois documentos que depois quero deixar aqui para vocês, há um que deu entrada com um baixo assinado em outubro de dois mil e dezassete, exatamente dias depois deste. E felizmente este tem o carimbo de entrada, o nosso por desconhecimento ou inocência não foi carimbado com a entrada na Câmara, mas é da mesma data e está assinada. Ou seja, há dois pedidos para alguém na Câmara olhar para aquele caminho de dois mil e dezassete, já tinha havido algumas reuniões com vereadores, inclusive a minha sogra com várias pessoas, inclusive falado com o falecido presidente da câmara que nos disse e bem, não depende dele, há uma hierarquia, há procedimentos, certo. Se hoje estivesse a chover, até hoje estes dois documentos, desculpem a expressão, zero de respostas da Câmara, não estou a dizer que são os senhores os responsáveis mas se calhar quem pegou nestes dois documentos, pôs na gaveta porque acharam que não era interessante. Eu já liguei à CMTV e inclusive eles nem sequer lá vão, porque não deve ser interessante, mas eu, já que a CMTV pega em tudo, nem neste caso eles pegaram e eu vou-vos já dizer qual é a grande urgência, às vezes da vontade de rir que eu também rio-me, mas não dá vontade nenhuma de rir. Se tiver a chover, há quatro anos atrás, nós fizemos uma queimada controlada com autorização dos Bombeiros, comunicado aos bombeiros e eles até disseram não é preciso vocês comunicarem porque é inverno. Alguém do outro lado da marina denunciou ou comunicou que havia um incêndio numa casa, que era a nossa casa porque o fumo vinha da casa, eles levaram uma hora para subir esta estrada que é já pública, uma hora. E quando eles chegam ao portão vinham com o carro da GNR, e eles, quatro elementos dos bombeiros com extintores à mão, às costas. Agora eu deixo no ar, eu não quero nenhuma resposta, quero que os senhores me digam depois da minha intervenção, nada. Eu só estou a registar, para ficar tudo registado. Quando acontecer uma tragédia de haver vítimas, alguém cair, tem de ser levado pelos especialistas dos Bombeiros, ninguém sobe. Estes quatro elementos se houvesse um incendio a sério naquela casa, traziam quatro extintores, porque o camião ficou lá em baixo. Isto só são os bombeiros numa situação controlada, se alguém cair, se alguém tiver a morrer, tiver um ataque de coração eu garanto aos senhores que se tiver humidade que seja, humidade, repare, estamos no século vinte e um, aquela estrada não é transitável, só conseguem recuperar aquela vítima de helicóptero, isso posso garantir. E hoje, vou agora encaminhar-me para este assunto, já que mais ninguém queria, que é: se hoje tivesse um dia húmido ou com chuva, aquela nuvrinhazinha, não é preciso chover,



porque este sábado dei um jantar em casa, convidei vários casais ficaram todos lá em baixo. Alguém caiu a subir, só para vocês verem, a subir a pé, ninguém chegou lá em cima. Hoje se tivesse a chover, havido uma vitima, felizmente os deuses estavam do nosso lado, porque se tivesse um filho meu ou eu ficado debaixo daquele pedregulho, hoje essa vitima só de helicóptero, e de helicóptero não conseguem porque aquilo está cheio de árvores. A pergunta é: eu estou assim porque esta situação mexe comigo, porque estamos a falar da minha família. E hoje, há, desculpem, só para terminar a intervenção do senhor da câmara, e mais uma vez estou a fazer um esforço para não dizer o nome. O senhor fiscal da Câmara diz-me, porque eu digo qual é a gravidade e ele diz-me que não tem tempo para verificar qual é a gravidade e manda os senhores das obras meterem o tal betão, e no final quando ele se vai embora ele diz-me, mas eu, dado que não consigo ver qual é a gravidade, e isto pode ser grave, porque eu às vezes passo aqui por baixo ao pé da marina eu olho cá para cima paro o rochedo e fico a pensar quando é que pode acontecer. Isto são palavras dele, uma tragédia porque vocês estão sobre uma falha tectónica, e aquelas casas lá em cima estão sobre um rochedo instável de derrocada, e vocês hoje não deveriam dormir em casa. Se eu não posso dormir em casa porque há mais derrocadas, eu pergunto se isto não é grave? E hoje é sexta, eu vou passar o fim-de-semana fora de casa. A outra questão é: Foi o que eu disse a ele, se nós estamos numa zona de falha tectónica, lá em cima há estabilidade de derrocada, estas quatro casas, eu vou deixar para vocês, que são quem foi eleito por nós, como é que é possível estas quatro casas terem sido aprovadas. Eu questiono-me porque não entendo, se estas quatro casas estão sobre uma falha tectónica à ponta de um rochedo prestes a desmoronarem, eu pergunto, gostava de saber quem foi as pessoas que assinaram a aprovação destes quatro projetos, porque a mim ultrapassa-me completamente. Quando eu oiço alguém da Câmara dizer isto, o senhor não deve ter pensado o que estava a dizer, estava a dizer tudo. Vamos só continuar, a pedra está removida, eu vou dormir fora de casa, o senhor da câmara disse-me, dê-me os seus contactos, os meus dois telemóveis que eu depois dou-lhe um toque para você ficar com o meu registo, zero até agora. Há pouco liguei para a Câmara para saber o número do senhor, porque eu só me preocupa é: pode a minha família dormir amanhã ou agente espera por dois mil e vinte e quatro para voltar para casa, porque pelos visto a gente pediu para se melhorar um acesso desde dois mil e dezassete. Desculpem eu estar assim nervoso, porque realmente isto mete-me nervoso, eu nem sequer posso dormir



em casa. Terminado isto, eu vou para o meu trabalho e lembrei-me, não, eu vou lá à obra, vou tirar o número do alvará, que o doutor à bocadinho pediu ao senhor Cavaco, e é o alvará setenta barra dois mil e dezanove, a empresa, não sei se é preciso dizer - Safira, Construções, Lda.. Eu conheci o patrão da empresa, sim senhor, super nervoso porque viu que algo tinha acontecido de mal porque os cães lá em baixo ladraram. Isto não lembra a ninguém, e mais, eu descii, tirei a fotografia, descii para ver como é que estava a situação. É inacreditável, eu não sou especialista em construção e o que posso dizer é que, eu já não coloco aqui no ar, eu acho que exigia que os senhores tivessem consideração e mandassem lá urgentemente alguém, porque isto é um caso de televisão, isto é um caso de Proteção Civil, é um caso, é um ultraje. Porque o que eles fizeram foi, tiraram as pedras do terreno onde estão a fazer a piscina, meteram à ponta da rocha, sem muro de proteção, sem redes, e eu não sou entendido. E o que é que fizeram? Hoje, o senhor fiscal que disse à nossa frente, vale o que vale é a nossa palavra, já meteram o betão, eu fui lá ver. O que é que fizeram? O muro não existe ainda, devia ter sido feito primeiro, novamente não sou eu o entendido, não existe. O muro vai ficar atrás das pedras, as pedras vão ficar na ponta da rocha com betão a colá-las umas às outras que é para elas não caírem. A minha pergunta é: Quando houver um tremor de terra ou haver uma cedência no terreno, quando nós tivermos alguém morto lá em baixo, eu depois pergunto se o senhor fiscal, é ele que se responsabiliza pelo que vai acontecer? Que aquelas pedras, mais uma vez vou de encontro a estes senhores, aquelas pedras não são para colar com betão, aquelas pedras faziam parte daquele terreno, abriram um buraco para a piscina, têm de ser retiradas. Posso vos dizer, que eu vou voltar àquela obra daqui a algum tempo, sem dizer quando, se aquelas pedras continuarem lá, vamos ter que tomar outras mediadas. Que aquelas pedras vão matar alguém, e estão aqui estas pessoas todas como testemunhas e tudo registado. Hoje, vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, eu aqui digo-vos que aquelas pedras vão originar uma tragédia. Estão estas testemunhas todas aqui, e quando essa tragédia ocorrer sem ninguém ter feito nada, agente aqui vem falar novamente com os senhores. Com todo respeito, conhece algumas pessoas, eu estou assim porque, esta situação deixa-me nervoso. Queria vir aqui por causa dum caminho e hoje eu não durmo em casa, pronto. Por algo que eu acho que, não sei quantas vezes é que os fiscais passam nas obras para ver, se calhar não passam, se calhar não passam. Se calhar o que fazem é: aprova-se na Câmara e depois dá-se a licença de habitabilidade no final,



porque isto é inadmissível, e o senhor fiscal posso-vos garantir que não passou por lá, porque tinha reuniões convosco e mandou-os por o betão. Aliás, nem me ligou, se calhar não é interessante. Logo vejo os senhores quando a CMTV meter qualquer coisa na televisão, não faz sentido. Eu termino a minha intervenção e peço a desculpa se me alonguei, para que tomassem em consideração a obra e não menos importante o caminho. Porque quando acontecer uma tragédia por causa da obra ou outra, mas aqui a obra, há coisas que talvez seja obras dos deuses, não sei. Há coisas que vêm por bem, porque este acidente não teve vítimas mas vai de encontro a isto, que é, no caso de vítimas hoje nem um helicóptero nos salvava. Eu mais não digo, acho que não vale a pena. Eu só gostava é que, com todas estas pessoas aqui a ouvir, que este caso fosse levado a sério, porque estamos a falar de vidas, Proteção Civil, isto não é, há um caixote do lixo ali, estamos a falar de vidas e quando uma dessas vidas for ceifada eu depois quero ver quem se responsabiliza. Boa tarde a todos". -----

Alberto Matos: "Boa tarde a todos, neste caso já fica tarde, a minha intervenção vai ser curta, queria falar aqui sobre os copos reutilizáveis usados na Festa dos Pescadores. Na Assembleia passada o Senhor Presidente fez o esclarecimento, eu queria só deixar aqui mais um esclarecimento. Só que o copo, de facto, o copo reutilizável foi de facto uma proposta da JSD, mas foi uma proposta não só para a Festa do Pescador, foi também para os outros festivais, como os concertos do dia da Cidade, como a Passagem de Ano, como o Festival Albuera, em que nesses festivais não há propriamente muito consumo de comida, é mais consumo de bebida. Aí ser uma proposta que consideramos, por isso é que a propomos pertinente neste sentido em que no futuro consigamos ter estes copos nestes eventos. É claro temos consciência que há um período de adaptação para as pessoas, para se aperceberem, para se familiarizarem com o copo. No entanto acho que os resultados foram satisfatórios, as pessoas gostaram do copo, levaram o copo para casa, as pessoas de fora também, os turistas. E ficamos, acho que conhecidos pela primeira vez, neste caso com implementação deste copo como uma imagem de um Concelho mais sustentável, mais amigo ao ambiente. E com isto não quero estar aqui a ferir suscetibilidades, a proposta que o senhor deputado do PS fez e a ideia dos pratos é boa, para aquele caso específico da Festa dos Pescadores e festivais em que haja tanto consumo de bebida como de comida, e é um complemento. Daí só quero deixar esta questão também para esclarecer, é o propósito da nossa proposta. Obrigado". -----



Ana Gomes: "Boa noite, eu venho no seguimento aqui dos meus vizinhos. Eu tinha feito um requerimento no dia dezoito de outubro de dois mil e dezassete, quando tinha os meus filhos no carro e fui a descer a rua e só consegui parar na rotunda. Por acaso não tivemos um acidente, mas prontifiquei-me logo a vir pedir à Câmara para porem um piso antiderrapante. Hoje por acaso houve outro acidente, graças a deus ninguém ficou magoado, a Proteção Civil deslocou-se ao local mas ficaram parados no meu portão. Porquê? Porque não conseguiram subir até lá acima. Nós temos idosos lá no Cerro e se acontecer alguma coisa a meio da noite de certeza que ninguém consegue subir. E eu venho pedir para verificarem quando é que é possível tomarem alguma medida. Visto que tenho aqui o comprovativo que tem dois anos de espera, não sei o que é que estão à espera. Já cá a andar á pé, porque no inverno o meu carro fica sempre lá em baixo, venho com os miúdos, apanhamos molhas, estou farta de dar quedas, não sei o que é que posso fazer. Pago os meus impostos, trabalho em Albufeira, é uma vergonha. Desculpem é uma vergonha. Hoje não morreu ninguém porque o portão estava fechado e os miúdos estavam na escola, porque se fosse num dia de verão, tinham morrido. Podiam não ser os meus como podiam ser os meus filhos, é uma vergonha. Não tenho mais nada a dizer". -----

Maria Cavaco: Eu tenho outra pergunta, portanto esta questão é a todas as obras que lá temos, têm um período de terminação até dois mil e vinte e um. Há lá uma série de alojamentos locais e a minha pergunta é: Há lá uma senhora que já duas épocas não consegue alugar a casa por causa das obras, portanto se temos mais dois anos de obras, corresponde a quatro anos. O que é que os senhores pretendem fazer quando dão uma licença de alojamento local e a seguir colocam-nos uma obra ao pé? Porque ninguém marca férias para estar a levar com um pica-pau das oito da manhã até as oito da noite, lá a fazer barulho não é. Então quero saber se aquilo não é uma zona turística, porque aquilo considerado, é tudo para habitação mas depois temos lá vários alojamentos. E outra das coisas é: temos dois alojamentos que têm sete quartos cada casa e temos um balde do lixo que aquilo é só para uma pessoa, desde o tempo do Senhor Xavier Xufre. Eu já enviei um email para a Câmara e disseram-me de resposta que o assunto estava resolvido, mas o caixote do lixo continua o mesmo. Até identifiquei o número e tudo que é para saberem que nós precisamos lá é de um contentor, não é de um caixote. Não tenho mais perguntas." -----

Presidente da Câmara: " Boa noite a todos. Relativamente às questões da Escola de



Paderne, disse e bem, que à Câmara Municipal compete a colocação do pessoal não docente, nomeadamente os Auxiliares, Assistente Operacionais que é a mesma coisa embora se dê nomes diferentes mas as funções são as mesmas. E não há aqui funções diferentes entre vigilância, limpeza e outros serviços que possam ocorrer na escola à exceção dos Assistentes Técnicos que são os funcionários Administrativos da secretaria. Relativamente a estas funcionárias obviamente que compete ao Agrupamento fazer a gestão a partir do momento que a Câmara lhe entrega as unidades, fazer a gestão dessas mesmas unidades pelas escolas do Agrupamento. Evidentemente pode-se achar que o número de crianças é demasiado para o número de Assistente Operacionais que lá trabalham, é uma questão que se vai verificar. E quero dizer da parte da Câmara temos um concurso a decorrer, foi bastante longo derivado às questões dos prazos que têm de ser cumpridos, à quantidade enorme de pessoas que concorreram, foi necessária fazer provas de conhecimento, foi necessário classificar as provas de conhecimento, fazer entrevistas e todo um trabalho. Depois há prazos, prazos de audiência prévia, de audição, têm de ser ouvidos as pessoas durante um período de tempo, e neste momento estamos no último prazo que acaba dia oito de outubro, havendo três dias de dilação, portanto quer dizer que dia onze de outubro estará terminado este processo todo e provavelmente entre meados de outubro princípios de novembro poderão estar lá mais pessoas se o agrupamento assim o entender. Relativamente à cantina passar-se-á com certeza o mesmo procedimento, também estão os concursos de alguma forma atrasados. Relativamente ao ATL, quero recordar esse sim, esse é uma responsabilidade da Câmara Municipal, é uma opção que a Câmara Municipal entendeu ter nas escolas para poder, digamos complementar a questão de ocupação das crianças e dos alunos das escolas, pelos pais que não estão desempregados. Um dos critérios, e falou na não existência de critérios, não, não é verdade. Existem critérios. Podemos estar, se calhar na página da Internet, deverão estar. Os critérios têm de ser públicos, evidentemente que sim, não sabemos tudo, os critérios têm que necessariamente de ser públicos, as pessoas têm de saber dizer porque é que não foram, têm de entender porque é que não entraram, ou porque é que aquele entrou e o meu não entrou, portanto tem de haver uma diferença obviamente. Criação de outra turma, isto aqui não se trata de turmas, trata-se é eventualmente se houver possibilidade de haver mais um grupo, mais uma sala com mais crianças, posso estudar isso e agora quando entrar o pessoal, claro para isso tudo é preciso haver



auxiliares. Referiu também o facto de existir meninos e meninas com necessidades educativas especiais, pois isso compete à escola fazer essa triagem e com certeza que o fez, isso até há critérios para a constituição de turmas em que fazem com que o número de alunos decresça, salvo erro vinte, de acordo com as necessidades educativas especiais dos alunos numa determinada turma. Relativamente à ponte, sei que o ano passado foi feita lá uma intervenção na ponte, mas de qualquer modo vou lá ver o que se passa outra vez. É que isso são coisas que vão acontecendo, há alturas que ninguém diz nada, supostamente estará tudo bem, só que depois pelos vistos não está. Já pus aqui uma referencia a dizer que quero lá ir. Relativamente aqui a estas questões, penso que mais ou menos dentro de pouco tempo estará resolvido a questão de pessoal, a ponte, pois tratarei lá ir. Relativamente à questão da fiscalização das obras no Cerro De Águia, infelizmente essa obra onde caiu a tal pedra, salvo erro alvará numero setenta dois mil e dezanove, é isso, setenta dois mil e dezanove. Pois com certeza terão de ser necessariamente, e, obrigatoriamente tomadas medidas. Tem que ser já amanhã, no sentido de ver o que é que se passou, primeiro de tudo fazer um relatório do que é que se passou e tomar medidas para que não aconteça nenhuma desgraça conforme afirmam. Está aqui presente a Senhora Vice-Presidente que tem o pelouro das obras particulares e o Senhor Diretor do departamento de Urbanismo que tomaram conta da ocorrência e amanhã terá que ser iniciado esse relatório e tomadas medidas nem que seja suspensão da obra, tomadas medidas preventivas no sentido de evitar que aconteça essa situação, ou situações mais graves, mais gravosas que essa que aconteceu hoje. Que felizmente não aconteceu nada de grave, embora amedronte digamos assim, e terá que ser verdade com certeza, as pessoas ficam em sobressalto, porque nunca se sabe quando é que poderá acontecer qualquer situação drástica. Relativamente à questão do caminho, eu só queria saber. O Caminho não foi feito agora. Não!? O caminho já tem muitos anos, é o caminho que sobe e é difícil. Isto é só para que as pessoas saibam que o caminho não foi construído nem há oito dias nem há quinze, é um caminho que tem cinquenta e sete anos. Já há um ano, talvez um ano, e a primeira pessoa que me falou neste caminho foi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira Olhos de Água, posteriormente até fui lá com ele e sei exatamente que é na curva. Fui lá precisamente com o Senhor Diretor dos Serviços Urbanos, que está aqui, o Engenheiro Batalha e dei-lhe instruções para preparar imediatamente um projeto para que isso acontecesse. Até ao momento não



aconteceu nada, espero que a partir de hoje comece a trabalhar nesse sentido e se resolva o problema do caminho. O Senhor Engenheiro Batalha sabe onde é, estive lá já vão uns meses largos. O requerimento do André, foi só mesmo um requerimento, vai ser tratado já a partir deste momento. A questão do balde do lixo também já referi aqui, mas quero dizer outra coisa; relativamente ao conflito existente entre as obras e o alojamento local ou equipamentos relacionados com o turismo, nomeadamente onde está inserido o alojamento local, quer dizer que o Regulamento Municipal de Obras Particulares não permite que as construções decorram quando incomodam, essencialmente nas zonas turísticas, não permite que as obras decorram no período do verão, até trinta de setembro. Nesse aspeto, estará salvaguardado a questão da máquina a partir as pedras ou qualquer coisa que o valha, não está com certeza salvaguardada a questão do aspeto da obra, pessoal da obra inacabada terá que ter o tapume ou qualquer coisa que é diferente, e aí não está, porque a obra está parada. Ainda esta obra aqui em frente, esta obra grande tem estado parada este verão, e há muitas que estão desde que provoquem incomodidade, o Regulamento diz isso e tem-se feito cumprir. Quando uma obra não provoque incomodidade os promotores normalmente fazem um requerimento a solicitar que se levante essa interdição, se houver muitas interdições, com certeza quanto mais interdições há, mais demoram, mais demora a obra a fazer-se, e se não provocar nenhuma incomodidade a ninguém que more ali por perto com certeza é possível a obra continuar mesmo que seja no verão, não prejudica, não incomoda ninguém, a partir do momento em que passe a incomodar alguém, nós imediatamente suspendemos a obra. O procedimento tem sido esse, o Regulamento aponta para isso até trinta de setembro, a partir de trinta de setembro já é uma situação completamente diferente. É discutível, agora as obras se elas existirem, e se elas existirem terão de ser feitas, e para serem feitas tem de haver sempre, pelo menos alguns incómodos, há sempre, independentemente da gente querer ou não querer, até para o próprio dono, proprietário há. Relativamente aos baldes do lixo, já tomei aqui nota, é só saber exatamente o local onde!? (zero, seis, nove, oito) certo. Está lá um daqueles baldes verticais, é isso? Amanhã está lá outro". -----

Presidente da Assembleia: Senhora Maria Cavaco a Senhora referiu-se portanto à obra, uma obra que queria vir pedido a identificação da obra e a Senhora referiu que está o muro construído sobre a REN. Este muro que a Senhora diz, está construído sobre a REN, a senhora sabe qual é a obra? Senhora Maria Cavaco é que há um



problema que muita das vezes é feito e já não é a primeira vez que é mencionado aqui nesta Assembleia Municipal, portanto eu vou esclarecer, quem nos vê e quem nos ouve e quem no assiste. Há dois órgãos que são completamente distintos, um, que é a Câmara Municipal e que tem os pelouros e que tem essa competência e há um outro que se chama Assembleia Municipal que decorrente do que é a lei em vigor não tem uma permanência de funções, que não, quando sejam convocadas para o efeito ou seja em Assembleia Municipal. E, já não é a primeira vez, a Senhora e outros munícipes dizem que, "os senhores sabem". Mas, há duas coisas que nós não fazemos, é perder tempo. E quando nós não sabemos fazemos uma coisa muito simples que é perguntar. E portanto o órgão Assembleia Municipal não tem acesso aos processos, às obras, a tudo o que a senhora refere e outras pessoas referiram, por um motivo muito simples. Não tem essa competência, que não a de fiscalização, e para fiscalizarmos, como não estamos aqui a tempo inteiro, só nos podemos socorrer da informação que nos chega como a senhora faz. E daí, nós, na nossa modesta posição, pedimos para que os senhores nos concretizem melhor ou nos deem as cópias como nós fizemos para que nós possamos com base nisso, pedir informações à Câmara Municipal. Eu tenho alguma dificuldade ou qualquer membro desta Assembleia Municipal, de solicitar uma informação ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo: "Senhor Presidente à uma Obra construída sobre a REN, o senhor qual é, informe-me lá". Como compreende, e daí eu pedir a concretização. O senhor Cavaco fez-me esse favor, o senhor Freitas fez-me esse favor, e portanto eu também lhe peço esse favor. Porque os senhores também, disseram que são imensas as obras, em vez de nós irmos ao local se eu pedir uma fiscalização à Câmara a todas as obras, não consigo descobrir certamente qual é a REN. É só por isso que eu lhe pedi o seu auxílio, para que eu possa aferir, o teor da informação solicitar à Câmara Municipal e comunicar isso também aos senhores Membros da Assembleia Municipal. Só por isso é que eu lhe pedia a identificação desta obra, de alguma forma, porque se está construído sobre a REN, é crime. A senhora saberá também se é crime, e quando nós participamos um crime, o órgão competente para fiscalizar e para fazer a abertura de um inquérito, é o Ministério Público. Nós aqui não fazemos justiça pelas próprias mãos, comunicamos a quem de direito em função das competências de cada um. E para podermos fazer no âmbito daquilo que é a competência da mesa, é com base na informação que nos é dada e depois nós canalizarmos quer para o Ministério público quer também para a Câmara Municipal e



pedir essa informação. E portanto, não pense que é pedir informação despicienda ou a tentar que venha a público o nome dos intervenientes. Não, é que nós não temos outra forma, porque, caso contrário nós ficamos vazios e parece que quem nos ouve que nós não agimos porque sabemos. Então se nós não agimos e sabemos, somos coniventes. E há coisa que esta Assembleia Municipal se prima, é de pedir esclarecimentos para que isso não aconteça, porque aí temos uma responsabilidade pessoal e muita das vezes há uma crítica velada aos membros da Assembleia Municipal e eu digo-vos também pelo que me foi solicitado, falarei nisso um pouco mais à frente quando for. Mas digo-lhe, é que os membros da Assembleia Municipal não têm salário. Os membros da Assembleia Municipal recebem senhas de presença em função das Assembleias Municipais e como tal não lhes pode ser pedido e exigido que façam mais do que aquilo que fazem, baseando-se na informação que os senhores, como somos todos responsáveis, e todos gostam e querem o bem de Albufeira, trazer essa informação ao público. Porque como vos disse, gravamos o som, gravamos a imagem e transmitimos em direto e portanto para quem nos está a ver e ouvir saiba daquilo que estamos a falar, chamem-mos as coisas pelos nomes. Há uma obra ilegal como a senhora diz, que não tem fiscalização, que tem um muro construído sobre a REN. Para podermos aferir desta situação. Número do alvará, não tem? Não há problema. Se não tiver, fará o favor de enviar para, assembleia.municipal@cm-albufeira.pt. E portanto chega à Assembleia Municipal ou pergunta ao senhor Google, ele dará o email, a informação chega, nós oficiamos à Câmara Municipal. E isto, eu peguei na sua intervenção porque, houve aqui duas intervenções, sempre a dizer "os senhores sabem", mas nós não sabemos. E gostaria de fundamentar o porquê de nós não sabermos. Torna-se muito mais fácil quando nós conhecemos a regra do jogo, permitir-nos responsabilizar, até nós, nós a partir do momento em que sabemos esses dois alvarás, nós já não podemos dizer desconhecemos. Portanto nós a partir daqui, passamos a ser responsáveis com o que acontece, como disse o senhor Freitas. Nós Assembleia Municipal, como disse o senhor Presidente da Câmara devemos fazê-lo dentro daquilo que são as nossa competências e obviamente daquilo que será a atuação de cada um dos membros desta Assembleia Municipal. Porque a partir de hoje temos essa responsabilidade, porque nos foi trazido esse conhecimento e já ninguém pode dizer que o desconhece". -----

Maria Cavaco: "Portanto temos quatro obras no Cerro de Águia. Temos duas no caminho de Cerro de Águia, uma é essa do muro que lhe estou a falar, que é a "Radical,



Lda.", o nome em que está emitido o alvará e as outras duas que vieram aqui a foco são na Rua da Gralheira. Portanto só temos lá neste momento, temos quatro obras iniciadas. Portanto acho que é fácil o Departamento Urbanístico da Câmara ter acesso e saber o que é que lá se passa. São só quatro obras, não estamos a falar assim em muitas obras. E eu sei, que os senhores sabem e os senhores do Urbanístico também sabem, e não digo mais, porque não se deve dizer mais". -----

Presidente da Assembleia: "Agora, entrando em tom de brincadeira. Olhe que não. É que, se a senhora sabe e não diz, está a proteger o que quer que seja. E portanto há uma coisa muito simples, eu acabei de lhe dizer. Nós levamos a sério a função que aqui temos, e temos uma coisa muito simples. Se nós dizemos meias frases, elas não deixam de ser isso mesmo. E se a senhora sabe de situações como diz, este é o local certo. Porque estamos aqui todos, estão vinte e cinco membros da Assembleia Municipal, está o executivo por completo, todos os vereadores desta Câmara Municipal, e se a senhora diz que sabe coisas mas não diz. Eu peço imensa desculpa mas isto não é dizer nada. Ponha as coisas em cima da mesa, não tenha problemas". -----

Maria Cavaco: "É a "Radical, Limited", e o senhor chama-se Rui Tarquedo. Acho que todo mundo sabe quem é, porque já lá tiveram, por causa da serventia que autorizaram lá. A casa antigamente chamava-se "Quinta da Quinta-Feira". Não sei se o senhor sabe onde é que é a casa?" -----

Presidente da Assembleia: "Não conheço, mas vou conhecer". -----

Maria Cavaco: "Não conhece, deixo-lhe aqui o convite. Qualquer senhor do Departamento Urbanístico se quiser, eu faço-lhe uma visita guiada ao Cerro de Águia, porque eu conheço o Cerro de Águia muito bem. E estão desde já, podem dispor só dez minutos e eu faço-lhe uma visita guiada lá, exatamente para lhe mostrar tudo que lá está. E quanto aos senhores da Assembleia não serem renumerados, pois os senhores estão aí de livre e espontânea vontade para exercer as funções públicas. Os senhores é que se candidatam, é serviços públicos, estão aí de vontade própria. Foram os senhores que se candidataram para ir para aí, tem de se limitar a ouvir o que os residentes de Albufeira têm para dizer".-----

Presidente da Assembleia: "Nós fazemo-lo com gosto, mas há uma coisa que eu fiz e que eu lhe disse. E expliquei-lhe porque é que eu lhe disse. Porque foi-me destinada e disse-lhe que mais à frente iria falar. Que não me custa esclarecer quem não sabe. E tal da mesma maneira que eu tenho a humildade de lhe perguntar quando não sei,



também tenho a mesma humildade de lhe partilhar o conhecimento. Porque duvido que as pessoas leiam a lei que nos rege, mas não custa partilhar a informação. Ninguém se queixou de nada, partilhar informação não é queixa. Chama-se a isto, como a senhora disse, serviço público. E nós fazêmo-lo com gosto e com responsabilidade, e para termos essa responsabilidade, pedimos-lhe a informação."-----

Maria Cavaco: "Ótimo e eu já lhe dei a informação". -----

Presidente da Assembleia: "E vamos fazer uso dela". -----

Maria Cavaco: "Estão perfeitamente esclarecidos". -----

Presidente da Assembleia: "Não totalmente, mas iremos pedir". -----

Maria Cavaco: "Se precisarem de mais alguma informação têm o meu número de telefone é só contactarem-me, estou disponível à segunda-feira eu faço-vos uma visita guiada ao Cerro de Águia até inclusive na Gralheira. Porque acho que é o único sítio que de momento deve pertencer à REN, porque na falésia já se constrói, portanto o único sítio de REN que temos atualmente é na Gralheira, não sei se o senhor sabe onde é, posso-o lá levar também". -----

Presidente da Assembleia: "Damos por encerrado o período de intervenção do público. Vamos passar ao período antes da ordem do dia, destinado aos membros da Assembleia Municipal. Antes de passar a palavra vou informar a questão das senhas de presença. Foi-me questionado durante o dia de hoje, a saber, se nós Assembleia Municipal partilhava-mos ou não as declarações. O Executivo é obrigado a partilhar no site da Câmara Municipal as remunerações. Eu fui ver e de fato estão lá. E portanto eu vou desta forma informar os membros da Assembleia Municipal que pegarei naquelas declarações anuais e irei mandar também colocar no site da Assembleia Municipal enquanto o que estamos a ultimar, portanto irá para a página da Assembleia Municipal. Também me foi questionado se estávamos aqui a tempo inteiro e se eramos remunerados e de que forma é que eramos remunerados. E portanto para que esse esclarecimento seja público, informo os membros da assembleia municipal que aquelas declarações anuais de rendimentos irão ser colocadas na página da Assembleia Municipal. Tal como, para o executivo é obrigatório, para as Assembleias Municipais não é, mas passaremos a por essa informação disponível ao público". -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, a primeira que gostaria de colocar face à indicação que a senhora Maria Cavaco aqui fez. Tem toda a razão, nós estamos cá porque queremos estar e a velha frase do *quem corre por gosto não cansa*, aplica-se



a nós. Nós fomos eleitos, sabíamos para o que vínhamos, e portanto não tem a ver com pagamentos ou senhas de presença, tem a ver com aquilo que estaremos dispostos ou não a fazer pela população, e portanto queria deixar essa questão. A outra questão, queria deixar aqui também ao senhor Presidente da Assembleia e ao senhor Presidente da Câmara, porquê que na sequência daquilo que referiu, nós não temos muitas vezes conhecimento destas situações. E eu solicitava, não é cavalgar a situação, porque a situação já é grave por si, e não tem nada nesse sentido. Era podermos organizar uma visita ao local, não só à obra como também ao caminho, porque parece efetivamente que são coisas com alguma gravidade, com elementos da Câmara Municipal, com elementos desta Assembleia Municipal que estejam dispostos, no sentido de averiguar os problemas a estas questões para que possamos também responder e ter uma noção exata das questões em causa". -----

Pedro Coelho: "Boa noite, o meu ponto não é este apesar de, acho que teremos de voltar mais à frente vermos questões deste âmbito. O meu ponto é a oferta de estacionamento do concelho, e como na sessão anterior esta questão também esteve no ar, mas obviamente focado num aspeto concreto, mas agora quero pedir um esclarecimento mais genérico ao concelho. No plano de mobilidade que foi aqui aprovado e que esta bancada levantou algumas reservas quanto às prioridades e às necessidades que estavam elencadas, existiam um conjunto de intervenções. E é aqui que coloco quatro questões. A primeira prioridade era para um parque de estacionamento de duzentos e cinquenta lugares na Rua Cinco de Outubro em Albufeira, que tinha um valor previsto de trezentos e setenta e cinco mil euros de execução. A pergunta para este tópico é: Em que fase está o projeto de execução? Quando é que se perspetiva a execução dessa empreitada para a execução desse parque que era o único que estava previsto na cidade de Albufeira como prioritário? Depois existia outras perspetivas de ampliação do parque de estacionamento na Avenida Sá Carneiro, e também em que fases estão esses projetos ou as ditas obras? Outro ponto que também gostaria de ver esclarecido, é se continua a não ser considerado prioritário tal como foi inscrito no plano, a ampliação do Parque de Estacionamento que serve a estação do caminho-de-ferro de Ferreiras? Existe um parque de estacionamento, ele, na minha opinião, já por várias observações na altura que a equipa técnica transmitiu essa matéria está sobre mencionado face à procura que existe e à procura crescente se queremos pensar num sistema de intermodalidade



de mobilidade regional. Mas neste momento já está subdimensionado é só visitá-lo nas horas de ponta e verificar os lugares que estão livres. E por fim os parques de estacionamento de Paderne que estavam previstos no plano a longo prazo, julgo que eram daqui a sete ou oito anos. Se continua-se a figurar esse prazo para a ampliação desses parques? Há uma questão adicional que vou colocar aqui, uma vez que antes da ordem do dia foi colocada a questão dos copos de plástico. Os copos de plástico foi uma medida meritória, em ponto algum na minha intervenção eu coloquei em causa o mérito da proposta. O que eu coloquei em questão foi o grau de implementação da mesma e a eficácia da sua implementação. Isto é, não foi demonstrado e não houve aqui esclarecimento na Assembleia, mas poderão vir agora. Qual foi a quantidade de copos vendidos? Qual foi a quantidade de copos reutilizados? Qual foi a quantidade de plástico que se reduziu nesses eventos? Quanto lixo a menos foi produzido? Essa questão parece-me clara para conseguir avaliar a eficácia. A observação que fiz, é que pareceu-me claramente que não era eficaz, porque claramente havia muito plástico a ser recolhido e os pratos eram assim algo bem visível e alguns copos também foram abandonados pelas mesas, também era visível".-----

Óscar Hilário: "Boa noite a todos. Gostaria apenas de pedir um esclarecimento relativamente ao ponto da situação da abertura do Centro de Formação que estava previsto, segundo nos foi informado na Assembleia Municipal de Janeiro para este ano letivo, tendo em conta as dificuldades que existem no mercado de trabalho e a necessidade premente de se qualificar jovens no concelho". -----

Presidente da Câmara: Aqui uma das questões colocadas pelo Francisco Oliveira, quanto à deslocação de Membros da Assembleia ao Cerro de Águia é perfeitamente legítimo e acho que é até ótimo que isso aconteça. É só uma questão de agendamento. Relativamente à questão do Caminho, o caminho conforme o Senhor Engenheiro Batalha disse, e ele está aqui, já está entregue para resolução daquele caminho. O problema do caminho é, ser um caminho de calçada e quando foi construído à cinquenta e sete anos numa zona muito íngreme e numa zona de curva o que é difícil realmente lá passar. Essa dificuldade não é de agora, pode não ser de há cinquenta e sete anos, que na altura se calhar a pedra estava menos polida. Relativamente a esse caminho a situação está em vias de resolução, só espero que seja bastante rápido e eu próprio não vou deixar agora que isso fique esquecido outra vez. Essa é a parte que se resolve, não é muito bem porque a zona é realmente muito inclinada, mas o que é certo, é que as casas



foram lá construídas noutro tempo, com muito menos casas mas se calhar com problemas não idênticos/semelhantes a estes que estão agora a acontecer mas também muito parecidos. O acesso é quase impossível, é extremamente difícil e no entanto não foi agora, não foi com este Departamento Urbanístico, não foi com este executivo. Relativamente às questões apresentadas pelo Pedro Coelho relativamente aos parques de estacionamento. Parque de estacionamento previsto na Cinco de Outubro, o parque de estacionamento está previsto no Plano de Urbanização Frente Mar, que é num terreno privado. Já iniciei há uns meses largos a negociação no sentido de adquirir esse terreno, precisamente para construir o parque de estacionamento, porque é de um privado e a Câmara não pode utilizar um terreno privado para construir lá o parque de estacionamento enquanto não lhe pertencer essa mesma propriedade. Só que os valores da avaliação, pedida por mim não condizem nem pouco mais ou menos com o valor que o proprietário exige ou quer pelo terreno. Portanto daí que ainda não se conseguiu chegar a uma base de negociação, mas está em andamento assim neste caso. Relativamente à Avenida Sá Carneiro, Sá Carneiro Sul, existe lá um espaço que é chamado "buraco" quando se desce para a praia da Oura, ali logo no princípio que era antigamente, era supostamente para um estacionamento. Também já pesquisei e estou à procura do proprietário daquele espaço. Têm sido vários, neste momento foi vendido segundo me disseram, mas iam ver se conseguia desanexar aquele "buraco" porque tem de ser necessariamente conforme diz o plano de urbanização, tem de ser necessariamente para estacionamento e se o proprietário daquele espaço não lhe interessar fazer estacionamento com certeza que virá, poderá vende-lo para a Câmara Municipal. Portanto, neste aspeto também está dependente de alguém. Relativamente ao parque de estacionamento de Paderne tenho falado ultimamente nesse parque, já falei com o Miguel, o presidente da Junta nesse sentido, não é uma prioridade esquecida, acho que os estacionamentos também constituíram uma prioridade. Durante agora alguns anos têm-se considerado uma prioridade, porque os carros, evidentemente não podemos acabar os carros, é impossível terminar o seu funcionamento, pois tem de haver espaço para os estacionar e para a mobilidade ser um bocadinho mais fácil de acontecer. Relativamente ao Centro de Formação previsto para as Ferreiras, há acordo verbal mas ainda não foi assinado, estando agora à espera da nova equipa que virá a seguir agora às eleições para que se possa realmente levar a efeito aquele protocolo entre a Câmara Municipal e o Instituto de Emprego e



Formação Profissional, portanto agora é uma questão de assinatura do protocolo. Eu tinha falado na altura com a senhora Delegada do Instituído de Emprego e Formação Profissional de Faro, Madalena Feu, e ela disse-me que o Ministério só tinha intenção de o fazer daqui a um ano ou dois, não agora ainda mas de qualquer maneira vamos aguardar agora mais uns meses para ver como é que isso se processa porque o objetivo é ceder estas instalações que são Municipais para este efeito, mas que o efeito fosse no mais curto espaço de tempo".-----

Pedro Coelho: "Senhor Presidente, mas ficou faltando um dos pontos por lapso com certeza. A questão do Caminho-de-ferro, do parque de estacionamento junto do caminho-de-ferro, mas queria-lhe também colocar uma questão face à resposta que deu. Que o parque de estacionamento da Avenida Sá Carneiro estão previstas no PUCA, julgo que era isso que estava a referir o outro da Cinco de Outubro eventualmente previsto, não tenho presente, na Frente Mar, mas se assim é, estão os dois previstos num plano a pergunta é: Se não tem condições de recorrer à expropriação caso não haja entendimento a um preço razoável?-----

Leonardo Paço: "Boa tarde a todos. Eu já o ano passado tinha alertado para o facto de se passar uma licença a um circo vinte metros dum hospital, quer dizer se realmente o circo estava a exercer legalmente a sua atividade, porque a exercer estava. Este ano voltou-se a ter o circo no mesmo sítio, acho que há vários terrenos em Albufeira disponíveis para ter um circo e não a vinte metros de distância de um hospital onde há pessoas internadas. Eu considero isso uma falta de respeito para com os doentes internados e para com as suas famílias, portanto mais uma vez alerta para se para o ano que vem não se repete". -----

Presidente da Câmara: "Obviamente o parque de estacionamento de Ferreiras junto à estação é possível construir, mas não considero que isso para já seja uma prioridade, das primeiras prioridades digamos assim. Relativamente à questão da expropriação é sempre possível uma vez que é de interesse público, está previsto nos planos, pois é possível mas temos que ver, primeiro de tudo a primeira base é a negociação só depois é que vem a expropriação, a expropriação evidentemente é sempre possível. Relativamente à questão que o senhor Leonardo Paço falou, a questão do circo, pois é uma questão que nunca levantou problema, nunca houve queixa, pelo que eu sei nunca houve denuncia alguma relativamente à proximidade do circo, não sei, mas fica registado". -----



Francisco Guerreiro: Boa tarde a todos. Vou pegar aqui nas palavras do senhor presidente sobre aquele caminho que vai para o Cerro de Águia, eu sou do tempo que vi aquele caminho ser construído em calçada, e mais, quem pagou uma grande parte daquele caminho foi o senhor Vicente que era o dono da Faceal. Mas isto é só para dizer o seguinte. Quando se diz vamos tratar do assunto e vamos fazer de imediato, eu concordo, estou de acordo completamente, mas perante isto eu queria dizer aqui outra coisa. Há seis anos, seis, não são dois nem três nem quatro, há seis anos que eu levantei uma situação do caminho Cerca Velha fora, e o que me foi transmitido na altura e foi o nosso Presidente, foi que esse caminho iria ser arranjado de imediato e estaria pronto no fim desses quatro anos. Já lá vamos em seis, e eu só queria dizer o seguinte: Eu sou daquelas pessoas que quando posso fazer faço quando não posso não faço. Agora seis anos! Vocês não acham que é muito tempo. Deixei de lá passar com o trator e a camionete e hoje fui lá passar só precisamente para ver o estado que ele está hoje. É uma desgraça. Com tantas pessoas a passar, com tanta gente ali a viver. Senhor Presidente pelo amor de Deus! Vá lá comigo um dia, vá dar uma volta a Paderne e eu explico-lhe as situações. Pode estar descansado que sou puro e sério nestas coisas, não estou aqui fazer politica nem nada, não sou candidato a coisa alguma, mas a verdade é esta. As pessoas têm de ser servidas e não podem ser enganadas e nós temos de ter esse compromisso com as pessoas, muito obrigado". -----

Leonardo Paço: "Eu comecei a minha intervenção por dizer que tinha alertado para este fato já o ano passado, já alguém se tinha queixado, pelo menos o ano passado. E enquanto utente deste hospital fui lá numa dessas datas infelizmente, porque nunca é agradável ir a um hospital e tive lá bastantes queixas de pessoas sabem que faço parte da Assembleia Municipal". -----

Presidente da Câmara: " Relativamente ao Circo, neste momento não há nada a fazer mas fica o aconselhamento. Relativamente à intervenção do senhor Francisco Guerreiro, quero dizer que, sinto e tenho a certeza que não enganei ninguém. Aquilo que disse, não foi há seis anos, que ia ser de imediato isso não foi de certeza, foi há menos tempo. O que tem acontecido há um ano e tal para cá e sabe perfeitamente, eu já lhe expliquei. Há um ano e tal para cá houve um concurso, abriu-se um concurso, nesse concurso o concorrente ficou situado em primeiro lugar não entregou a documentação no devido tempo, foi excluído. O segundo concorrente demorou tempo a responder se aceitava a feitura da empreitada, achou que não era suficiente para a



fazer, não aceitou. Vai neste momento no quinto concorrente, porque houve uma parte que esteve em tribunal. Portanto, isto para dizer que, se o caminho está assim, aí a responsabilidade não é de A, nem B, nem de C, é a questão da justiça que tem trabalhado muito lentamente, e é a questão dos procedimentos que temos de ter e que são obrigatórios como sabe perfeitamente. Ir a Paderne e passar lá! Passo lá muita vez, conheço bem Paderne. Relativamente bem, não conheço tudo obviamente. Não preciso da companhia, não preciso de acompanhante, não preciso de GPS, não preciso de nada disso, eu vou lá". -----

Francisco Guerreiro: Eu quando digo as coisas não estou a atacar ninguém, tem que perceber o sentido da palavra e o sentido da conversa. Já lá vão seis anos, foi o que eu disse. Não estou a dizer que a culpa é vossa, eu sei. Mas há uma coisa, há muitos anos que também ando nisto. Eu passei pelo caminho, que é um caminho de cabras, que nunca vi esse caminho em lado nenhum programado para fazer. Eu não sou contra as pavimentações, agora há situações muito mais urgentes que não são feitas e outras com urgência não são feitas. E não estou a dizer ao contrário daquilo que disse, eu sei o processo como é que foi, eu sei. Mas o que me custa a mim é passar por determinados caminhos e que nunca os vi em lado nenhum considerados para pavimentar, e estão. Eu dou-lhe já o exemplo de um: O caminho que vai dos Montes Elois até à Alcária. Senhor Presidente desculpe lá. Só para os indivíduos que andam com os safaris passarem. Com tanto trajeto que há onde as pessoas que necessitam e é urgente, não se faz. Há qualquer coisa aqui que me faz espanto. Mas é pela cara de alguém? Acho que não. Não leve isto a mal, aqui é o sítio indicado para se por as questões e falar. Por acaso vinha pensando hoje em estar calado, não dizer nada, mas não sou capaz de vir para aqui e estar calado. Muito obrigado." -----

Presidente da Câmara: "Para dizer que os caminhos que viu asfaltados e que ninguém lhe pediu, é que estavam inseridos num procedimento concursal completamente diferente e daí não teve este problema jurídico. Este problema deste caminho, por acaso e apenas por acaso, como é um caminho já um bocado mais longo, foi feita uma empreitada, feito um concurso só exclusivamente para este caminho. Se ele tivesse sido metido no outro pacote global dos caminhos todos da Freguesia de Paderne, tal qual como os caminhos da Freguesia da Guia, como os caminhos da Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, como os caminhos da Freguesia de Ferreiras. E está quase a se iniciar outro procedimento por freguesia também para esses caminhos restantes.



Este aqui ficou à parte, ficou à parte calhou num procedimento novo, único, porque se estivesse junto aos outros também já estava, agora não está precisamente porque foi para tribunal, o primeiro empreiteiro não apresentou a documentação, foi para tribunal e já lá vão quase dois anos nisto". -----

Renato Pimenta: "Boa noite a todos. Senhor Presidente se houvesse pessoal na Câmara para fazer isto, não havia tribunais, não havia concursos, não havia nada ". -----

Presidente da Câmara: "Este é o problema dos concursos, já disse isso várias vezes, já tenho dito isso nos últimos dias até bastantes vezes tomara eu termos pessoas para rapidamente resolver alguns assuntos, mas neste momento não temos. E já o disse aqui várias vezes, inclusivamente nesta área da Rede Viária. Aqui se calhar há dez anos tínhamos quarenta e tal trabalhadores neste sector e neste momento temos cinco ou seis. Portanto os cinco ou seis o que é que darão! Praticamente para tapar buracos. Abre-se um concurso ninguém concorre, portanto a situação é sempre a mesma". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Para retomar uma questão que abordamos variadas vezes ao longo destas Assembleias e sempre que temos uma Sessão Ordinária, onde há a informação do Senhor Presidente, inicialmente não tínhamos informação sobre o Ordenamento da Gestão Urbanística agora temos. Mas nesta informação, nesse anexo, que agora nestas últimas Assembleias era submetido, não foi submetido. Deverá haver alguma razão obviamente válida para o efeito e julgo é questão de continuar a fazer esses esclarecimentos será para manter, mas não existindo esse anexo volto às minhas perguntas que temos feito reiteradamente. Isto é, em primeiro lugar o PDM, quando é que temos a sessão de esclarecimento que era para ser inicialmente no primeiro



semestre, depois passou para Julho/Agosto, estamos a acabar Setembro. Quando é que temos essa sessão para conhecer os principais, julgo que ainda o diagnóstico, mas também se há uma proposta de plano que provavelmente já há. E aqui, só fazer um parênteses nesta questão do PDM para dizer que, de forma mais genérica, o que assistimos nesta Assembleia, na anterior ou em outras, mas nesta Assembleia e na outra sobre o Cerro de Águia, aquilo só revela que o nosso PDM em vigor tem sérias limitações e por isso é uma ferramenta com muita dificuldade para os serviços e para o executivo implementar. Provavelmente o que estará lá não está a respeitar os novos princípios do PDM de segunda geração em termos de avaliação de risco. E é essencial passarmos a ter um PDM em vigor com novas disposições, que tenha em atenção os riscos naturais para que estas questões não se coloquem. Porque se tivermos com o tal instrumento provavelmente elas vão-se colocar e provavelmente pois poderão ter desfechos imprevisíveis. Para chegar ao segundo ponto é a questão também do Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira, tem sido questionado reiteradamente o seu grau de execução. E esse nunca foi desclarificado nas informações. E mais uma vez, ainda mais que hoje há um ponto sobre o plano, e eu gostaria de perceber qual o grau de execução das unidades de execução e em que fase estamos na sua implementação". ----

Francisco Oliveira: " Era só para acrescentar uma questão que tem a ver efetivamente com esta necessidade de nós termos a informação relacionada quer com o PDM quer com o PUCA quer com outros planos nomeadamente até com o próprio Plano de Mobilidade. É também frequente e infelizmente termos que o dizer que a esta Assembleia chegue por vezes os documentos com muito pouco tempo para nós analisarmos e verificarmos e sem grande esclarecimento relativamente a essas questões. Damos exemplos, quer dizer o facto de o PUCA ter sido aprovado por duas vezes nas últimas Assembleias antes das eleições e muito à pressa, resultado, quer na primeira vez teve de haver alterações quer desta segunda vez temos agora também erros materiais que têm de ser corrigidos e que vêm aqui para ser corrigidos e que supostamente esses erros materiais implicam a dificuldade da própria execução do plano. A ideia no fundo é, para se evitar que à pressa ou que sob determinado tipo de pressão, quer a Assembleia quer os próprios documentos sejam arquivados. Eu relembro que temos situações bem mais complexas, nomeadamente temos aprovação de imóveis, imóveis com algum porte que neste momento são alvo de ações para eleição. Portanto para evitar estas situações, para evitar todos estes problemas era de facto



conveniente termos esses esclarecimentos e que eles sejam feitos com algum tempo e com algum rigor". -----

Presidente da Assembleia: "Passar a palavra ao Senhor presidente, o Doutor Francisco Oliveira faz uma menção à questão da chegada dos documentos. Nesta não lhe chegou nenhum documento atrasado?". -----

Francisco Oliveira: "Eu quando falo na chegada dos documentos não é no prazo dos oito dias ou dos cinco dias. Eu quando falo na chegada da informação é que um documento como o PDM ou como o PUCA ou como o Plano de Mobilidade, é algo que tem de ser discutido com algum tempo. Não está aqui em causa o prazo, e sim o prazo regimental. Tem a ver com a informação de documentos que têm um suporte técnico de alguma profundidade e nós não somos engenheiros temos outro tipo de profissão e prestamos outro tipo de serviços, portanto é natural que temos alguma dificuldade. Não temos e como o Senhor Presidente diz e muito bem, temos o suporte como tem a Câmara Municipal que nos pode dar determinado tipo de informações e portanto aquilo que andamos a solicitar já há algum tempo o esclarecimento sobre o PDM, esclarecimentos sobre o PUCA era fundamental até para construirmos a imagem e aquilo que eventualmente pode acontecer e formarmos de facto a nossa opinião para depois em sessões como estas, estando à beira da aprovação, não colocarmos as questões que depois somos apelidados de criar dificuldades ou levantar problemas. Quando elas são esclarecidas a tempo e horas não há necessidade efetivamente depois de se criar esse tipo de conflito ou de confusão". -----

Presidente da Assembleia: "Eu explico o porquê da minha pergunta. Porque há duas questões, uma pode ser um apontamento à Câmara Municipal e outra à mesa. E como eu hoje já levei aqui uma resposta exatamente por ter dito o que o senhor Deputado acabou de dizer, é que disseram-me assim, "os senhores estão aí porque querem", e de facto os senhores acenaram com a cabeça também quando a resposta veio para mim. Eu agora faço aqui a teoria do espelho e remato, efetivamente estamos aqui porque queremos e estas são as regras do jogo e que nós as conhecemos. É só para que isto não fique sempre do mesmo lado, eu sei que sou eu que estou de frente mas que é para a gente dar e lavar que é muito mais descontraído. Porque quem nos ouve ou quem nos vê parece que depois a crítica é exclusivamente para este lado, é só por isso". -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, se permitir só para concluir, neste caso concreto o que estamos a pedir, até é mais. É de fato que nos deem mais trabalho, ou



mais informação, ou mais documentação para podermos trabalhar sobre ele, essencialmente por isso". -----

Presidente da Câmara: "Uma vez que as questões do Pedro Coelho e do Francisco Oliveira se entrecruza e são sensivelmente sobre a mesma área, que é a área do Planeamento sobre as informações dos dito planos e PDM. Portanto, PDM estou a equacionar falar com o Senhor Ricardo Tomé para promovermos aqui, dentro de relativamente pouco tempo uma sessão de esclarecimento para os membros da Assembleia. Provavelmente segunda-feira vou falar com ele. Relativamente às questões de execução dos planos, do PUCA nomeadamente e do Plano Frente Mar, o senhor Arquiteto Eduardo ouviu, registou e na próxima informação se não for antes até, fazemos um relatoriozinho sobre o grau de cumprimento, de execução destes planos".- Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 26-06-2019 e 25-07-2019;-----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA 26-06-2019:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Óscar Hilário, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Lúcia Hilário Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como o secretário da Junta de freguesia da Guia - José Cabanita e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----
Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Fernando Gregório, Elizabete Machado, José Vila-Nova, Carlos Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras, pelo que não votaram -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 25-07-2019:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: dezassete (17): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, o secretário da Junta de freguesia da Guia - José Cabanita. -----
 Não estiveram presentes na referida sessão os membros: João Silva, Renato Pimenta, Elizabete Machado, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Carlos Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia Paderne e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras, pelo que não votaram -----

PONTO TRÊS

Eleição de um Presidente de Junta de freguesia e um substituto, também Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a participação no XXIV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, nós temos aqui uma proposta. É uma proposta que tendo falado com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e que concordou e eu passo a ler. Que é a seguinte: *O grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira propõe como representante das Freguesias de Albufeira, ao XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Senhor Presidente Jorge Manuel Aleluia Clemente do Carmo e como substituta a Senhora Presidente Indaleta Maria da Ponte Ribeiro Cabrita, vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove*".-----

Francisco Oliveira apresentou uma proposta de lista que ficou designada por "Lista A".- Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à votação da proposta, designada por lista A, por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----
 Lista A: Dezassete votos (17) -----

Votos em Branco: Oito (8) -----
 Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleito o seguinte membro para a participação no XXIV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses: -----



**Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: Jorge do Carmo e substituta:
Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: Indaleta
Cabrita.** -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quatro e cinco e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 5.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022, tal como determina a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 5.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2019, tal como determina a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "A minha questão é rápida e simples e não tem a ver exatamente com esta quinta revisão, tem a ver com a revisão anterior, que hoje aprovamos a ata e havia uma questão que ficou por esclarecer e nesta revisão não está plasmada. Só está presente os objetos previstos, mas o que estou a querer dizer é que na revisão anterior existia um aumento de verba de trezentos e noventa e dois mil euros, na distribuição da água. A vereadora Cláudia Guedelha ficou de indagar as razões e não foram esclarecidas. Não sei se poderão ser esclarecidas agora neste ponto."-----

Francisco Oliveira: "Mais uma vez, para congratular com a introdução nesta revisão do orçamento, nesta quinta revisão a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. Mais uma vez congratular que, efetivamente passado as negociações e todo este tempo, as Juntas de Freguesia merecem aquilo que já deviam merecer há bastante mais tempo. Nesse sentido, votamos favoravelmente e com muito apraz que efetivamente as Juntas sejam reconhecidas e sejam reconhecidas pelo seu trabalho."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite, relativamente à questão que colocou, na altura falei com a diretora financeira sobre esta questão e de acordo com o que me foi respondido penso que a Dra. Carla está aqui, pode me dar alguma ajuda, tem a ver com a forma como os valores são dispostos e ao passar de um ano para o outro,



relativamente às empreitadas e aos valores relativamente à questão das despesas com a água."-----

Pedro Coelho: "Queria esclarecer que não se trata de empreitadas, estamos a falar de aquisição de bens. Não estamos no domínio das empreitadas estamos na aquisição de bens, do bem, a água."-----

Diretora Financeira - Carla Farinha: "Não percebi muito bem a questão."-----

Pedro Coelho: "Na revisão número quatro, foi levantada a questão porquê que existia, normalmente, dotação na rubrica distribuição de água em trezentos e noventa e dois mil euros. Na altura a vereadora ficou de avaliar qual era essa questão. Não tendo sido esclarecido até ao momento, estando em vigor esse reforço, a pergunta é, para que se destina o reforço."-----

Diretora Financeira Carla Farinha: "Tem a ver com algum ajustamento. A previsão da água é feita com base numa previsão. Provavelmente a rubrica necessitava de reforço e tem a ver com a execução."-----

Pedro Coelho: "Então era a questão que colocava, se se deviam a aumento da compra de água? Isto é, se estamos a consumir mais água? No presente ano, talvez pela seca, talvez por roturas, talvez por várias questões de ordem de gestão estamos a consumir mais água. E nesse aspeto, como agora coloquei a questão da rotura, de salientar que há roturas no parque urbano, ao nível da rega, do parque do ribeiro já há algum tempo e que se tem vindo a avolumar, há várias zonas da relva que estão bastante encharcadas, empapadas, para não dizer alguns banhos que dão aos munícipes, se quiserem lavar os carros podem fazê-lo junto à Repsol, porque a quantidade de água que sai daqueles expressores é enorme, para a estrada."-----

Francisco Guerreiro: "Pegando neste ponto, já há algum tempo que quero levantar isto, porque tenho ouvido ao longo destes últimos anos, eu concordo e vou votar a favor, porque sei o que custa uma Junta de Freguesia não ter valores para poder investir e fazer o que a Junta acha por bem, sou dessa opinião. Acho correto que a Câmara tivesse aderido a isto, dentro de determinado equilíbrio, mas a minha questão é outra e eu como estive na Junta tantos anos e lutei, eu e os meus colegas na altura, para que a Câmara Municipal nos aumentasse o valor para as Juntas de Freguesia, nos últimos anos que o Partido Socialista foi poder nesta Câmara, nunca ouvi o Partido Socialista defender esta causa, como tem defendido estes últimos anos, e eu era do Partido Socialista. Porquê? Penso que há duas situações, uma, na altura o Partido Socialista era



poder na Câmara, hoje como não é poder, isto é como os partidos pequenos que andam aí e dizem que dão tudo e não têm nada para dar. Isto é tão simples como isto. Não sei se me faço entender. Quem não tem para dar não pode dar, certo? Eu estou de acordo com esta situação, o que me leva a intervir neste sentido é que não sei porquê? É porque o partido que esta no poder na Câmara é do PSD? Isto para mim não tem questão, tanto faz ser PSD ou ser PS, o que interessa é que as Juntas de Freguesia têm e tinham necessidade de um aumento, de uma postura deste género. Senhor Presidente está de parabéns, obrigado.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Óscar Hilário e Renato Pimenta-----

Ausências: uma (01) Fernando Cabrita. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO CINCO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Óscar Hilário e Renato Pimenta-----

Ausências: uma (01) Fernando Cabrita. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----



PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao acordo de colaboração entre o Município de Albufeira e a Direção Regional de Cultura do Algarve no âmbito da valorização, restauro e conservação da muralha sudeste do Castelo de Paderne; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta - Gestão da Vila Algarviana (01-06-2019 a 31-05-2020); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar



Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Tomada de conhecimento da "Correção material da alteração ao Regulamento do Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta visando aprovar as minutas de contratos interadministrativos de delegação de competências do Município de Albufeira na freguesia de Ferreiras, na Freguesia da Guia e na Freguesia de Paderne;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Boa noite, a Junta de Freguesia de Paderne se congratula com, finalmente termos conseguido assinar ou acordar com a Câmara os contratos interadministrativos, que esta Junta desde que lá estamos, temos tentado levar a bom porto. Isto só vem provar que, efetivamente, estes contratos já podiam ter sido feitos há quatro ou cinco anos. Mas, de momento, demonstrar a nossa satisfação, porque vai permitir que a Junta de Freguesia de Paderne e também da Guia e Ferreiras, a partir do mês de Outubro possa fazer obras mais próximas da população, que dizem respeito a uma rapidez de execução melhor, para que todos os Albufeirenses sejam tratados com mais justiça. Senhor Presidente da Câmara, queria publicamente agradecer o empenho que teve para que estes contratos fossem firmados, valorizando assim a nossa democracia e valorizando o papel das Juntas de Freguesia no sistema político nacional."-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos nove, dez, onze, doze, treze e catorze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, referente à proposta visando a manutenção, no município, das competências previstas nas alíneas a) e b) (embora parcialmente) e nas alíneas g) e m) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, diploma que veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, referente à proposta relacionada com as minutas dos acordos (em numero de três) para transferência de recursos, a propor as juntas de freguesias de Ferreiras, guia e Paderne, elaborados ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril - diploma que veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta visando a manutenção, no município, para o ano de 2020, das competências previstas nas previstas nas alíneas a) b) e d) (embora parcialmente) e nas alíneas g) e m) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, diploma que veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, relativamente à freguesia de Albufeira e Olhos de Água; -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a minuta de acordo, para transferência de recursos a propor à junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, elaborado ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril - diploma que veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta visando aprovar a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Albufeira na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO NOVE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZ:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO ONZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita,



Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO DOZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO TREZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO CATORZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais - Área da Saúde - Ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Verifico, pela leitura da proposta, a intenção é reverter aquilo que tinha sido a decisão de não assumir. Portanto, queria deixar uma breve nota de que nós nessa altura nos debatemos por isso, fomos criticados pela bancada do PSD, que estávamos aqui a obstaculizar e no fundo, chegamos à conclusão que temos razão. Como o senhor Presidente hoje já tinha razão, nós também temos razão hoje, portanto já estamos empatados."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite, só queria sublinhar que a bancada do PSD, aqui referida, não obstaculizou em nada. A bancada do PSD reforçou a posição, quanto muito reforçou ou confirmou a posição tomada pela Câmara e não obstaculizou a Câmara de tomar a posição."-----

Renato Pimenta: "Temos uma deliberação tomada, fez ontem três meses. E foi no sentido inverso áquilo que está a ser proposto pela Câmara. Gostaria de apurar o que é que se passou, o que é que mudou em três meses?"-----

Francisco Oliveira: "Só para esclarecer, pode ter sido um mal-entendido do senhor deputado. Quando eu disse "obstaculizar" foi que o PS teria sido acusado de obstaculizar e não o PSD. O PSD votou no sentido da não-aceitação desta competência e vem agora propor, por parte da Câmara Municipal, que haja esta reversão. O que disse foi que, com a nossa intervenção teríamos sido acusados de estar a obstaculizar e a levantar problemas relativamente à Câmara Municipal, que não tinha condições e que estaria numa situação que não poderia fazer. A única coisa que venho dizer é que, na verdade, passados esses dois ou três meses, verifica-se que temos razão e que efetivamente é fundamental, até pela situação em que se encontra o centro de saúde, que efetivamente a Câmara Municipal assuma estas competências."-----

Adriano Ferrão: "Tem toda a razão, estava aqui a ler o texto, ouvi mal, houve aqui um lapso de entendimento na altura e percebi de outra maneira e respondi a algo que não tinha sido realmente dito. Daí peço desculpa da minha intervenção e corrijo-a."-----



Francisco Guerreiro: "Só para dizer que eu não estou nada arrependido do que fiz nessa sessão anterior. Mais vale reconhecer do que não reconhecer. Isto é da responsabilidade do nosso Governo. Se o nosso Governo está pôr de lado todas estas questões, é evidente que as Câmaras têm que assumir, mas não é só neste caso. E eu pergunto, daqui a algum tempo se calhar a Câmara Municipal substitui o Governo em grande parte das coisas."-----

Óscar Hilário: "Só para complementar a intervenção do Renato, e não só perguntar o que aconteceu durante este período, mas sobretudo questionar este ponto, uma vez que ele já foi apreciado e deliberado. De facto não tive o cuidado de ler este dossier com atenção que se poderia ter, em várias intervenções durante estes períodos, do envelope financeiro. Eu ouvi esta afirmação, este termo e queria pedir um esclarecimento, se de facto existe alguma situação que venha de encontro a esta alteração na tomada de decisão."-----

Gaspar Meirinho: "Boa noite, relativamente a esta matéria só quero lembrar uma coisa, quando houve estas votações, havia uma série de competências que estavam todas elas em simultâneo a ser votadas. Na altura, o sentido de voto da bancada do PSD foi de não aceitar isso tudo, de uma vez só. Haveria que votar, nessa altura entendemos assim e, obviamente que aos poucos essas competências vão ter que vir parar à mão do executivo. Agora a bancada do PS cada vez que se vai estar a votar no sentido de, efetivamente ficar com atribuição dessas competências, vangloriar-se dessa situação. Vai haver um dia que obviamente a transferência de competências vai ocorrer. No nosso entender, já naquela altura, deve ser gradual à medida que a Câmara Municipal for sentindo que tem, efetivamente, condições para ir assumindo essa transferência de competências e á medida que se for mostrando, não só viável, como necessária."-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a estas questões, percebo a intervenção. Mas a intervenção tem a ver com o seguinte, é que a proposta da Câmara Municipal vem em conjunto. Se houvesse intenção de que fossem retirados um ou outro ponto e esses fossem assumidos, poderia perfeitamente tê-lo feito e não o fez, fê-lo em conjunto. Relativamente á questão que o senhor Francisco Guerreiro colocou, de que o Governo é que era responsável por estas matérias, eu lembro que, não sei se na altura já estava do lado do PSD ou do lado do PS, mas que se defendia, nessa altura, a regionalização. A regionalização implicava exatamente isto. Implicava que houvesse uma desconcentração dos poderes do estado, que é isso que se está a tentar fazer. Porque



sempre se disse e continua-se a dizer, que o dinheiro gasto pelas Autarquias Locais ou pelas Juntas de Freguesia vale muito mais do que aquele gasto pelo Governo Central. Mas, de facto, a intenção é exatamente esta, é transferir para o Poder Local e para o poder das Juntas de Freguesia determinadas competências que são mais facilmente exequíveis por parte destes órgãos e por parte destas entidades. Se efetivamente, lhe faz alguma confusão não saber exatamente em que circunstâncias é que se encontrava, isso já é algo que eu não consigo responder.”-----

Pedro Coelho: “Gostaria de contribuir para este debate dando-vos nota dos factos. Na ata de dez de Abril de dois mil e dezanove, há pouco mais de cinco meses, é discutido amplamente esta competência, esta descentralização na área da saúde, nesta Assembleia. As questões evocadas pela bancada do PSD, foram questões de princípio da municipalização. É só ler a ata aprovada, quando na altura foi aqui dito que, não estamos a municipalizar, nem médicos, nem enfermeiros, nem técnicos de saúde, nem a política de saúde, que cabe ao Ministério da Saúde. Estamos a descentralizar gestão de edifícios, gestão de equipamentos físicos e estamos a permitir que o município contribua para uma estratégia municipal de saúde. É isso que está referido, mas não estava em questão recursos nenhuns, porque a lei não faz referência a nenhuns recursos, do ponto de vista médico. Faz referência a infraestruturas. E foi amplamente discutido e recusado essa acessão, agora parece-me que estamos no caminho certo. O município tem capacidade financeira, tem recursos humanos qualificados na gestão de equipamentos públicos municipais, acho que está na altura de agarrar esta competência e dotar o nosso concelho de melhores condições ao nível das infraestruturas de saúde.”-----

Renato Pimenta: “Isto não é regionalização, isto é municipalização. A regionalização implica que exista um órgão intermédio, que não existe e aí sim, isto é municipalização.”-----

Presidente da Assembleia: “O Renato Pimenta cortou a minha intervenção, que ia ser, estamos todos de acordo e vamos passar à votação. Assim já não conseguimos, temos que entrar na discussão.”-----

Presidente da Câmara: “Só quero esclarecer a situação, porquê que há três ou cinco meses, independentemente do quer que seja, o tempo decorrido que foi discutido aqui amplamente esta transferência de competência na área da saúde. Não houve grande alteração relativamente às condições que estavam reunidas nessa altura. O que houve



apenas e só, foi que na altura tinha estado em conversa com o Presidente da ARS, Dr. Paulo Morgado, no sentido de esperança que aquilo iria melhorar. Mas conforme sabem, há quinze dias atrás, dentro dos muros do parque do Centro de Saúde de Albufeira era uma coisa impressionante, só visto, impressionante mesmo, não era erva, era quase árvores, mato, por aí fora. Entendemos fazer ali uma ação musculada, colocando lá uma equipa da empresa que nos está a fazer a limpeza urbana, com um número de pessoas e viaturas para resolver aquela situação. O que de facto aconteceu. Era sete e vinte da manhã de um dia, que foi marcado antecipadamente, que passei por lá e já estava tudo terminado. A questão do muro, também está numa situação lastimosa, também não custará muito a Câmara mandar pintar. Então, o raciocínio foi este, se temos de andar a fazer, uma vez que a ARS não fez, que o que tinha entendido é que iriam desenvolver algumas coisas para que o aspeto fosse um pouco melhor, se não fez é a Câmara que tem de fazer, então não justifica termos as competências do outro lado. Foi apenas por isto, mais nada. É ver se aquilo fica um pouco melhor. Não há mais nada aqui, nem houve verbas diferentes, é apenas isto."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, para lhe dizer que realmente agora, nestas alturas de alguma agitação política e de campanha, nós passamos pelo Centro de Saúde e tivemos lá um grupo e tivemos a conversar e de facto, das questões que se levantaram, foi das condições do edifício. Infelizmente, o edifício já tem alguns anos e está efetivamente a precisar de alguma reparação. Da informação que obtivemos, da Dra. Dulce, que é a coordenadora do Sul, deu-nos indicação que há dois anos para cá as condições têm melhorado, em termos de assistência, em termos das condições de atendimento, mas que de facto havia necessidade do edifício e eventualmente uma extensão, uma coisa que eventualmente se falará, ser fundamental para a população de Albufeira. Nós sabemos, e todos temos conhecimento, aliás em alguns pontos que aqui são referidos, o senhor Presidente faz referência ao facto da situação financeira do município ser neste momento estável, e sabemos isso. Sabemos também, que há disponibilidade para outras situações, pelo que entendíamos que realmente seria fundamental, porque a saúde todos nós sabemos que infelizmente não está nas melhores condições e que poderia, efetivamente, ter este apoio. Era nesse sentido que nos congratulamos e entendemos que quanto mais cedo melhor, até porque a possibilidade de fazer essas mesmas obras pode implicar também alguma parte do envelope financeiro que virá, correspondentemente a esta situação."-----



Fernando Cabrita: "Essa concretização de melhoramentos e essa contribuição da Câmara para agilizar as melhorias, circunscreve-se, afinal, a uns trabalhos de jardinagem, para limpeza e à pintura? Depois mais à frente, há um outro ponto, aquisição de tintas, é para pintar o muro?"-----

Francisco Guerreiro: "Só para responder ao meu amigo, Francisco Oliveira, ele nunca soube a minha ideia e nunca há de saber a minha ideia. Está a dizer que eu era a favor ou contra a regionalização e isso não é correto. Cada pessoa sabe o que pensa, sabe o que diz e eu assumo sempre os meus atos. Eu estava no Partido Socialista, mas nunca me ouviram dizer que era a favor ou contra a regionalização. Isso é um assunto que será discutido um dia e nessa altura é que poderei dizer se sou contra ou a favor, com o meu voto. Nunca se pode dizer uma coisa que não corresponde á verdade. Como é que ele sabe se eu era contra ou a favor? Desculpe lá, Francisco. Há que tomar conhecimento de uma coisa, temos de ser responsáveis por aquilo que dizemos, e também temos de respeitar os outros. É isso que muitas vezes falta, eu sou um ignorante, em algumas coisas, mas noutras não serei. E digo-lhe isto com toda a frontalidade, sem qualquer problema. Fiz o trajeto que fiz, durante tantos anos, o senhor ainda não tinha vindo para a política, já eu cá andava e mantive sempre a minha posição dentro do Partido Socialista e fora, no PSD. E defendo as causas que acho que devo defender. As minhas causas são minhas e eu defendo-as como acho que é viável para mim e para aqueles que defendo. Portanto, ninguém pode meter na minha boca aquilo que não digo. A partir de agora é assim, meu querido amigo, eu estive no Partido Socialista muitos anos, mais anos que você, há uma coisa que sempre fiz, votar e estar a favor daquilo que achava que era correto. Era por isso que não gostavam muito de mim lá dentro. Foi por isso que quiseram expulsar-me."-----

Francisco Oliveira: "Acho que as posições não se vêm pelo número de anos, vêm-se com certeza pela experiência, isso não nego, há uma questão que é importante frisar, a falta de respeito nunca teve da minha parte e não terá. Aquilo que digo é baseado naquilo que sei e fui vendo ao longo do tempo e uma coisa é certa, pela informação que tenho, o amigo Francisco Guerreiro nunca foi expulso do Partido Socialista. Nunca foi expulso e saiu por sua livre e espontânea vontade."-----

Pedro Coelho: "Julgo que este ponto da regionalização seria um ponto interessante a abordar em ponto próprio e em Assembleia própria, porque o Presidente já nos fez remeter uma tomada de posição das Assembleias Municipais do Algarve. Existia uma



comissão técnica e política a analisar o processo de regionalização, coordenada pelo Dr. João Cravinho, que terminou agora e julgo que seria um ponto interessante a abordar em futura Assembleia, só esse ponto. E aí, podemos todos manifestar os nossos pontos de vista sobre essa matéria e se o Francisco Guerreiro quiser partilhar connosco o ponto de vista, julgo que seria agradável."-----

Presidente da Assembleia: "O relatório já está disponível no site da Assembleia da república, hoje já li uma parte, é interessante algumas conclusões, podem retirar-lo do site da Assembleia da República. Já agora, dizer-vos também que iremos marcar uma Assembleia onde se discutirá a questão da regionalização, desconcentração, municipalização, o que lhe queiram chamar."-----

Francisco Guerreiro: "Não vou responder mais nada ao Francisco, já disse tudo, não vale a pena estarmos a massacrar as coisas sem razão. Mas só queria chamar a atenção numa coisa. Eu não ando em campanha, não estou a fazer campanha, mas há uma coisa neste concelho que faço, procuro saber as dificuldades que existem. Como tal, não só na freguesia de Paderne, mas em todas as freguesias, já passei pelos centros de saúde e sei as dificuldades. E dentro disso eu transmiti ao Presidente as necessidades que os centros de saúde têm. Porque há centros de saúde que têm quarenta lâmpadas e estão cinco acesas. Eu transmiti tudo isto, por isso, congratulo-me, mais uma vez com esta tomada de posição da Câmara Municipal, do Presidente assumir isto. É só isto que tenho a dizer, e mais não vou responder, haverá outro dia para a gente responder, que eu tenho uma aqui atravessada que tenho de dizer um dia qualquer."-----

Presidente da Câmara: "O Dr. Fernando Cabrita questionou se a tinta era para pintar o muro, pode ser, mas por enquanto não há verbas do Ministério, são verbas do município. Só poderá haver alguma verba do Ministério a partir de Janeiro, caso esta situação seja aprovada."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Renato Pimenta-----

Abstencões: uma (01) Óscar Hilário-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui



Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Renato Pimenta apresentou declaração de voto. (Doc. nº1 anexo a esta ata)-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais - Áreas Portuário-Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento - Ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Já foi debatido e deliberado há poucos meses, esta penso que em Junho ou Julho e a pergunta é só o que mudou? Isto é, na altura aflorou-se a questão da Marina, que seria uma área que seria interessante, porque ficaria na competência municipal, na altura foi evocado que não haveria recursos, a pergunta é o que é que mudou entretanto, para esta reversão?"-----

Gaspar Meirinho: "Só para dizer que reitero exatamente a informação que foi dada por mim há pouco."-----

Presidente da Câmara: "Ia pedir à Dra. Carla Farinha que me recordasse qual é o Decreto-Lei que regulamenta este assunto."-----

Diretora Financeira - Carla Farinha: "É o Decreto-Lei número setenta e dois de dois mil e dezanove de vinte e oito de Maio."-----

Presidente da Câmara: "A outra transferência de competências que veio cá não foi esta. Esta nunca cá veio."-----

Pedro Coelho: "O senhor Presidente tem isto mais presente que eu, com certeza, por acaso foi na leitura da ata que vi que este ponto estava esclarecido. Tem razão, no aspeto que foi colocado, julgo que é na ata de Junho, o que foi a deliberação foi exatamente estas competências, mas para dois mil e dezanove, para o ano corrente. Agora é dois mil e vinte. Então, refaço a pergunta, não é uma versão, mas é uma alteração de posição. Na altura o que tinha sido referido e está nesta ata de Junho é que havia matérias que a Câmara tinha de avaliar, em termos de organização e dos recursos humanos, e havia competências claramente, que a Administração Central



tinha e que não se afigurava adequada que a Câmara fosse substituir a Administração Central. Mas não é isso que agora estamos a fazer, se calhar refletimos melhor, ponderamos, temos outra estrutura e a pergunta é exatamente essa, quais foram os fundamentos e qual é a estrutura nova que veio permitir que em dois mil e vinte passemos a aceitar esta competência?"-----

Presidente da Câmara: "É precisamente isso, na altura entendemos que em dois mil e dezanove não seria possível aceitar essas competências e agora entendemos que para dois mil e vinte é possível e acho que é importante aceitar essas competências."-----

Pedro Coelho: "Qual é a ideia que se vai querer para aquele espaço e para esta questão de economia azul? Na Assembleia anterior aprovamos o protocolo de colaboração com uma associação. Quais são as ideias que o executivo tem para aquele espaço? Porque, passa a ser, pela primeira vez domínio municipal, que até à data não o era."-----

Presidente da Câmara: "Uma parte terá de ser equacionada, depois quais são as competências próprias e pormenorizadas da situação e o que é que obriga naquela zona portuária, que necessidades é que há para melhorar as condições essencialmente da parte dos pescadores."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Óscar Hilário e Renato Pimenta-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Renato Pimenta apresentou declaração de voto. (Doc. nº2 anexo a esta ata)-----

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0%; -----



O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Renato Pimenta -----

Abstenções: uma (01) Óscar Hilário-----

Ausências: uma (01) Gaspar Meirinho -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Renato Pimenta apresentou declaração de voto. (Doc. n.º3 anexo a esta ata)-----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Lançamento de Derrama para o Ano de 2020 em 0%; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Renato Pimenta-----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Gaspar Meirinho -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----



Renato Pimenta apresentou declaração de voto. (Doc. n.º4 anexo a esta ata)-----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis em 0,3% para prédios urbanos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, relativamente à proposta do executivo, que vem para ser aprovada e que tem duas alíneas, nós, o Partido Socialista, fazemos uma proposta de alteração, que é a inclusão de uma terceira alínea. Passo a ler a proposta de alteração. *O Grupo parlamentar do partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, vem apresentar uma alteração à proposta do executivo, referente ao ponto dezanove da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, de vinte e sete de Setembro de dois mil e dezanove, que faz nos termos seguintes: Considerando que existe uma enorme procura de habitação para arrendamento por parte dos residentes, no concelho de Albufeira, por períodos mais longos e estáveis; que as famílias residentes em Albufeira sofrem de uma incerteza permanente por não terem acesso a uma habitação por períodos razoáveis, que permite uma estabilidade e segurança, no que diz respeito à sua vida profissional e familiar; que a enorme especulação imobiliária, bem como o facto de estarmos num concelho essencialmente turístico, leva a que os contratos sejam de muito curta duração, sendo muito difícil arrendar casa durante os meses de verão, que o município de Albufeira apresenta uma situação financeira estável; que o município de Albufeira já manifestou, por diversas vezes, séria preocupação relativamente à falta de alojamento a preços comportáveis; que cabe também ao município de Albufeira tomar medidas que minimizem os problemas de alojamento dos residentes no concelho, tendo ao seu alcance instrumentos para o efeito. Propõe-se que seja aditada à proposta do executivo uma alínea c) com o seguinte teor: reduzir a taxa de imposto municipal sobre imóveis, que vigorar no ano a que respeita o imposto em vinte por cento, para os prédios urbanos arrendados, destinados a habitação por períodos superiores a dois anos, nas quatro freguesias do concelho de Albufeira, nos termos do disposto no número sete do artigo cento e doze do código do IMI. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista"*-----



Renato Pimenta: "Só queria questionar a proposta do PS, sem limite de arrendamento? Uma casa alugada por dois mil e quinhentos euros também iria beneficiar disso?"-----

Rui Serôdio: "Querida saber o impacto da medida, em termos de finanças à autarquia."—

Gaspar Meirinho: "Querida questionar, embora não tenha bem presente agora o artigo da Lei, mas a taxa em causa e que está aqui hoje em deliberação, já não está no seu teto mínimo? Pode ainda ser reduzido em vinte por cento sobre isso?"-----

Francisco Oliveira: "O número sete, do artigo cento e doze, refere que a Câmara Municipal pode deliberar reduzir, até vinte por cento, situações de arrendamento para habitação. Portanto, está referido na Lei, e é perfeitamente possível, tal e qual como a outra que vem, na vossa proposta, na proposta do executivo, que também vem reduzir, agora não sei exatamente se são trinta por cento, também nos casos em que haja situações de agregados familiares e situação económica difícil. Portanto podem ser, efetivamente, acumulados. Cento e doze, número sete do CIMI."-----

Adriano Ferrão: "Pessoalmente não estou a ver nada em contra, acho que a proposta que vem da Câmara, já ela é uma proposta com uma preocupação social, emergente. Parece-me que o Partido Socialista trás uma terceira alínea, que manifesta esse mesmo tipo de preocupação, dentro do mesmo espírito da proposta da Câmara, pelo que eu, pessoalmente, não vejo grande conflituosidade. É realmente uma emergência, que nós precisamos e que nos fazem sentir a necessidade de um arrendamento. Arrendamentos que sejam mais ou menos acessíveis, porque existem dificuldades, as pessoas que vêm para cá procurar trabalho de conseguirem residências e tudo o que for nesse sentido me parece positivo."-----

Presidente da Câmara: "Não faço a mínima ideia qual é o impacto financeiro desta redução. Faço lembrar, estando a desenvolver projetos de construção e de alguma aquisição para residências a custos controlados ou a custos reduzidos, não vejo que haja esta necessidade, desta forma."-----

Presidente da Assembleia: "Há aqui uma dúvida que me ressalta, na sequência da intervenção do Renato Pimenta, em que há um período mínimo, ou seja, para períodos superiores a dois anos, não há qualquer limite de renda. Depois temos outra questão, eu chamar-lhe-ia, defeito profissional, eu arrendar um imóvel por cem euros a uma empresa e depois esta empresa explorar o imóvel. É passo a ter o benefício porque tenho o arrendamento e o outro faz a exploração comercial da habitação. Não há aqui impedimento. Eu faço um contrato de arrendamento para uma sociedade, esta



sociedade a seguir faz com ele o que quiser, desde que esteja no âmbito do contrato. É que nós estamos a controlar a primeira relação, depois não a relação subsequente. Totalmente a favor desta questão, agora tenho de fazer aqui a teoria do espelho, se uma proposta desta natureza, que nos chegam sempre documentos em cima da hora, depois chega-nos uma proposta desta natureza em cima da hora, também não temos tempo para refletir sobre a mesma. É isto o trabalho político e é para isto que cá estamos, mas a verdade é que a vantagem de ter as sessões gravadas é que nos permite ter sempre o mesmo argumento para todas as situações. Eu, em termos profissionais, costumo dizer aos meus clientes que tudo o que me serve para me defender serve para me atacar. Faço mão desta máxima aqui, porque deve ser, obviamente o trabalho político, agora não sei, não estudei o assunto, não sei até que ponto o cenário que acabei de por ou até a limitação, em termos de valor de renda, é permitido. Se tivermos numa empresa ou uma pessoa que arrenda um imóvel a uma determinada margem consegue ter uma vantagem fiscal muito superior a fazer o arrendamento do que ter o imóvel vazio. Porque se o tiver vazio e o arrendar por cem euros, eu a seguir consigo estar lá dentro com um benefício de vinte por cento em relação ao IMI, e porque não temos uma questão de limitação de valor patrimonial, porque não temos uma questão de limitação de valor das rendas, porque não temos uma questão de limitação de sujeito, de se beneficiar com esse contrato de arrendamento. São questões que se me levantam dúvidas, para além da redação, mas para que possamos refletir a discussão.”-----

Gaspar Meirinho: “Até porque, salvo erro, o artigo mil e oitenta e oito do Código Civil, prevê nas situações em que os arrendamentos que têm a permissividade de subarrendar, quem toma de arrendamento, por exemplo toma por um valor simbólico de dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta euros, com a possibilidade, consentida por parte do proprietário, nos termos do mil e oitenta e oito, para depois fazer o subarrendamento, pelo valor que lhe der na real gana. O valor dessa renda provinda do subarrendamento poder ser de quinhentos, seiscentos, mil, três mil, portanto não há limite nenhum. Essa situação ocorre hoje, tanto quanto tenho conhecimento, por exemplo a nível de empresas que se dedicam à prática de alojamento local. Fazem contratos com os proprietários, até por um contrato de valor fixo, que eles chamam os contratos de garantia, e depois a partir daí exploram o imóvel, dentro da margem de lucro que tem, que é brutal. Esse proprietário que já beneficia do dito contrato de



garantia, depois ainda beneficiar, porque há empresas onde esses contratos de garantia exigem dois, quatro, cinco anos de arrendamento porque acabam por fazer investimento lá, põem sistema de aquecimento nas piscinas, ares condicionados, uma série de situação que vão beneficiar o imóvel. O proprietário, de si já beneficia disso, beneficia depois do retorno e depois nós ainda lhe estamos a dar mais essa benesse. A menos que a proposta venha um bocadinho mais fundamentada. Parece-me, nesta fase, um bocado arriscado estar a votar no sentido favorável, pelo menos do meu ponto de vista pessoal, o resto da bancada saberá dizer de si."-----

Francisco Oliveira: "Aceito perfeitamente os comentários, percebo alguma flexibilidade relativamente a algumas situações e penso que não há aqui qualquer problema de introduzir a questão relacionada com o facto de estarmos a falar de privados e não de sociedades ou entidades coletivas. De eventualmente, colocar aqui uma questão de um limite de renda, para se verificar que o valor seja um valor relativamente razoável, também não ponho qualquer dificuldade nesse aspeto. A ideia era em termos genéricos e de facto, podemos alterar a proposta, no sentido, que estamos a falar de contratos individuais e de valores de renda até um determinado limite."-----

Presidente da Assembleia: "A mesa já foi chamada a atenção que são vinte e duas e três minutos e como tal vamos deliberar a continuação dos trabalhos. Chamo a atenção que, do ponto de vista da norma regimental, continua amanhã à mesma hora."-----

VOTAÇÃO DA CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS:-----

Votos contra: sete (07) Adriano Ferrão, Óscar Hilário, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Vera Belchior, Roberto Raposo e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezoito (18) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

Foi aprovada por maioria a continuação dos trabalhos.-----

Gaspar Meirinho: "O exemplo que estava a dar há pouco incidia exatamente sobre privados, agora, a proposta acho-a válida e sou o primeiro a incentivar o Grupo Parlamentar do PS a trazer uma proposta à votação da mesa, desde que a mesma seja



devidamente balizada. Se houver uma proposta que esteja balizada, que limite e que restrinja efetivamente essa característica de exploração que pode vir, obviamente que em benefício da população de Albufeira, acho muito bem que quem ajuda ao arrendamento, que é uma necessidade premente no nosso concelho, eu seria o primeiro a votar no sentido favorável. Numa proposta fundamentada e devidamente balizada na restrição que tem de estar implícita à mesma."-----

Francisco Oliveira: "Não querendo obstar nem atrasar, como nós vamos ter uma próxima Assembleia, já no dia três, era reformular esta proposta e que venha no dia três, porque em princípio não atrasará a introdução do ponto. Já agora aproveitava para ouvir a opinião do PSD sobre o valor que entendem, como sendo um valor razoável para ser balizado, primeira questão. Segunda questão, relativamente à questão que colocaram e muito bem, de ser para famílias, para entidades privadas e não para sociedades, ou seja para singulares, e eventualmente com a limitação a qualquer subarrendamento para evitar este tipo de situações."-----

Presidente da Câmara: "O que falei há pouco, da questão do impacto que estes vinte por cento possam ter, de redução no IMI, será impacto para a própria pessoa muito reduzido e impacto em termos de orçamento municipal bastante elevado, não faço a mínima ideia. É uma questão de se conseguir avaliar, mais ou menos o valor que estaria aqui reduzido e depois era preciso garantir que estas pessoas depois não fossem alugar a outras pessoas. Não sei se é possível fazer esse controle e essa fiscalização, é algo difícil de acontecer."-----

Presidente da Assembleia: "O ponto pode ser retirado? A discussão do ponto hoje ou dia três não afeta? Se o ponto é retirado escusamos de alimentar a discussão relativamente a este ponto. Depois será feito pelas bancadas o trabalho de acerto relativamente à questão da proposta. A ser assim, o Presidente da Câmara retira o ponto da discussão e o Francisco Oliveira retira a proposta."-----

O ponto foi retirado pelo Presidente da Câmara e agendado para a sessão da Assembleia Municipal de dia três de Outubro de dois mil e dezanove. -----

Rui Serôdio: "Em relação ao ponto que foi retirado eu propunha a formação de uma comissão com as várias bancadas."-----

Pedro Coelho: "Antes da questão dos mecanismos de implementação da taxa, que é a questão que tem de ser melhor burilada, essa questão parece consensual, daí retirar a proposta e melhorar. A questão da comissão, comentaria só que parece que temos



tempo para aplicar esta redução no presente ano e esses trabalhos têm de concluir-se no presente ano, para que no próximo ano seja aplicável. Esta questão, que estou a fazer a este comentário é para chegar à questão de princípio que está na proposta também. E não nos podemos esquecer de muitas questões que são afloradas aqui na Assembleia, do que nós conhecemos do nosso território e o que aprovamos na Assembleia anterior. Na Assembleia anterior aprovamos o regulamento de apoio ao arrendamento, onde os singulares, as famílias podem concorrer, mediante aqueles critérios, e há um apoio municipal ao arrendamento. Mas para chegarmos ao apoio municipal de arrendamento é preciso existir mercado, é preciso existir oferta de arrendamento, oferta de alojamento. Se não fizermos um mecanismo adicional, que é o que estamos aqui a propor para aumentar a oferta de alojamento para residentes, para habitação própria, então provavelmente, com grande probabilidade aquele regulamento será muito limitado na sua amplitude de aplicação. Porque não há casas disponíveis, é isso que estamos aqui a falar. O que estamos a tentar fazer é exatamente contribuir, fazendo algum benefício fiscal ao arrendamento, neste caso ao proprietário que tem o imóvel, para colocar no mercado de arrendamento permanente, não de alojamento turístico. Essa questão que foi colocada, julgo que se consegue burilar a proposta para que fique escudada a questão da diferença entre alojamento permanente para residência e turístico. Só queria frisar esse aspeto de que, em termos de princípio esta proposta é muito vantajosa para complementar uma estratégia para habitação, neste caso, fomentando o arrendamento. Por fim, em termos do impacto não temos esse estudo, mas julgo que até a diretora de departamento pode dar umas luzes sobre essa questão, estamos a falar de uma taxa de zero três que passa para zero vinte e quatro. Não estamos a falar de um valor assim tão significativo, zero três era a proposta, agora para estas situações específicas, com âmbito de podermos restringir melhor para que o objeto seja bem concretizável, estamos a falar de zero vinte e quatro, não me parece estarmos a lesar os cofres do município em valores significativos."-----

Presidente da Assembleia: "Sendo a Assembleia dia três, significa que o documento teria de estar pronto segunda-feira. O senhor Presidente retirou o ponto com a condição, tal como mencionado pelo Dr. Francisco Oliveira que seria na próxima Assembleia. Temos dois dias em relação à data da Assembleia, para a remessa dos documentos, sendo certo que para ser votado dia três, o documento se vier depois, não



pode resultar daquilo que será a comissão formal para ser remetido á Assembleia Municipal, porque na segunda-feira eu remeto o ponto retirado hoje, para a Assembleia do dia três. Aquilo que vier terá de ser como alteração à proposta da Câmara Municipal, só para ficarmos todos cientes de que a mesa não fica dependente do resultado da comissão. Todos sabemos como funcionam as comissões, mas é um trabalho político, estamos a dar o corpo ao manifesto para essa promoção de que sendo assim, terão segunda, terça, para quarta-feira o documento vir à Assembleia Municipal e aí reunirão sem controlo por parte da mesa, para a referida comissão, sendo certo que segunda-feira recebem um email para vir reunir nas instalações da Câmara Municipal."-----

Gaspar Meirinho: "Para lá da questão do impacto financeiro nos cofres, era bom que conseguíssemos perceber e acho que é uma questão fundamental, certamente haverão dados estatísticos dos valores que entraram de IMI e fazer a conta proporcional. Mas relativamente à proposta do PS convém que seja o mais detalhada possível, ou seja, há imóveis com tipologia T1, T2, T3, depende do tipo de família, depois há os arrendamentos que são aceitáveis para essas mesmas tipologias. Relativamente à questão dos incentivos fiscais, há que não esquecer que a nível das aplicações das taxas de IRS o próprio estado já dá esses incentivos. À medida que os anos de arrendamento aumentam, as taxas aplicáveis em sede de IRS decrescem. Portanto, isto é mais uma medida de reforço, mas não sei se na região do Algarve terá muito impacto. Continuo a dizer que sou, efetivamente, a favor de que dada a falta de arrendamento anual existente no concelho de Albufeira será mais uma medida. Agora, se ela será persuasiva o suficiente para levar o privado a querer fazer isso, convinha que essa proposta seja efetivamente muito restringida a tudo o que é subarrendamentos, a tudo o que é empresas, tudo o que é imóveis que contenham licenças de alojamento local, sujeitas à contra prova da pessoa que quer beneficiar desse incentivo fiscal, que efetivamente está ali para beneficiar em exclusivo o arrendamento anual e contribuir para que as pessoas consigam ter melhores condições de vida, aliado à questão do diploma que foi aprovado aqui, para ajudar a população nesse aspeto. Agora vamos ver se os privados depois serão sensíveis a essas matérias."-----

Presidente da Assembleia: "O ponto está retirado, há um trabalho para ser feito pelas bancadas, será feito se as bancadas assim o entenderem, como entenderem se



organizar. Se necessário solicitar informações ao senhor Presidente da Câmara, depois a Dra. Carla terá a inglória função de tentar providenciar resposta às questões.”-----

Francisco Oliveira: “Para evitar esta situação das comissões que são sempre complicadas, eu proponha o seguinte, se a bancada do PSD e as outras estiverem de acordo. Eu posso fazer uma proposta, já englobando todas estas matérias, remetendo às várias bancadas e tendo uma resposta o mais rapidamente possível, para se acertar então uma redação final e aí conseguirmos apresentar isto até dia três. É esta a proposta que farei, dando a indicação, conforme disse o Gaspar Meirinho e muito bem, que tem de ser limitado. Essa limitação vai implicar também uma forte limitação à não entrada dos valores na Câmara Municipal. Ou seja, cada vez que nós limitamos pessoas singulares, valor de renda máxima e tudo mais, tudo isso vai implicar que o número de pessoas a serem afetadas por esta situação será cada vez mais reduzido e como tal, também o valor que a Câmara deixaria de receber também será cada vez menor.”-----

Rui Serôdio: “Na proposta do Partido Socialista deverá vir o impacto financeiro para as finanças da autarquia. É ponto fundamental.”-----

Ana Ramos: “Só queria referir que as intervenções da bancada do PSD foram muito pertinentes, sem dúvida e temos todos que refletir sobre elas. Mas eu chamo a atenção que mesmo a proposta que é apresentada e que é trazida com este ponto também é permeável, porque temos aqui a questão da redução para habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e depois temos entre virgulas a dizer, *e que seja efetivamente afeto a tal fim*. Isto depois é uma questão de controle, nada impede e corrijam-me se estiver errada, que um imóvel que surge nas finanças como habitação própria permanente tenha em simultâneo registo como alojamento local. Isto depois tem a ver com aquilo que está previsto na lei e com aquilo que as pessoas cumprem ou não da lei.”-----

Presidente da Assembleia: “Chamo só a atenção da exiguidade da proposta, porque em termos da máquina da Autoridade Tributária nem sempre aquilo que nós pretendemos depois é executável. Chamo também atenção às bancadas que possam auscultar junto ou da Direção ou do Chefe do Serviço de Finanças desta possibilidade, não custa a nenhuma das bancadas auscultar essa situação. Não é confundir nem complicar é apenas uma questão prática.”-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte, uma vez que o ponto foi retirado e incluído na próxima sessão de três de Outubro.-----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Participação Variável no IRS em 0%; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Renato Pimenta -----

Abstencções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Renato Pimenta apresentou declaração de voto. (Doc. nº5 anexo a esta ata)-----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta de alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Naturalmente nos congratulamos com esta alteração ao regulamento municipal de atribuição de bolsas de estudo, queríamos não só, referir que fizemos referência em Novembro, sobre a necessidade de ela ser extensível aos mestrados e a outro tipo de bolsas de estudo. Na altura, devo referir, que



infelizmente a bancada do PSD não concordou, mas verifico agora que, de facto, o regulamento já inclui, já tem essa flexibilidade e muito nos congratulamos com essa situação. Portanto vamos votar a favor, como será de direito.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: três (03) Ana Ramos, Adriano Ferrão e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para Aquisição de Serviços para Realização de Estudo Geomorfológico, Geológico, Paleogeográfico e Inventário de Geossítios do Concelho de Albufeira, a Incluir no Território do Geoparque Loulé - Silves - Albufeira, pelo valor base de 19.280,00 € + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Ana Ramos e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Adriano ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto



Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para Fornecimento Contínuo de Tintas, Diluentes e Acessórios de Pintura, pelo valor base de 74.108,00 € + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Ana Ramos e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Adriano ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafetação de áreas do domínio público municipal - Loteamento Urbano - Alvará n.º 10/1993; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, acontece exatamente o que aconteceu na última Assembleia que levou este ponto a que fosse feita uma visita ao local. A visita foi feita, mas a proposta que vem da Câmara Municipal é exatamente a mesmo, ou seja, que há já um parecer prévio por parte da Assembleia Municipal e para obstar que mais tarde possa vir a ser impugnada esta deliberação, porque nós não somos um órgão



consultivo mas sim um órgão deliberativo sob proposta da Câmara Municipal. O Partido Socialista depois de ter analisado através das pessoas que se deslocaram ao local que efetivamente corre a proposta em causa, propõe que a Câmara Municipal envie a decisão final para que a Assembleia Municipal possa tomar esta decisão. Porque senão estamos aqui a fazer o inverso e em termos burocráticos ou em termos jurídicos pode efetivamente levar a que seja uma proposta da Assembleia Municipal à Câmara e não contrário como será de lei. Portanto eu propunha o mais rapidamente possível que esta proposta vá à Câmara Municipal, seja aprovada no executivo Municipal e que venha à Assembleia como é e como deve ser, ou seja como proposta definitiva e não como parecer prévio como aqui vem referido".-----

Presidente da Assembleia: "De facto, e eu chamo meia culpa aqui para a remoção do ponto, mas se nós atentarmos quer à leitura da deliberação quer face à informação técnica, e aqui está o Senhor Diretor do Departamento. O que nos é solicitado, este prévio, não no sentido de nós aprovarmos previamente à Câmara Municipal qualquer questão técnica como poderia parecer, mas da leitura de todo documento retira-se que, a Câmara Municipal só irá inferir ou aferir da legitimidade de alteração do alvará se a Assembleia Municipal desafetar do domínio publico aquelas parcelas que foram visitadas. E é isso que aqui está, ou seja, o que é prévio é saber se a Assembleia Municipal autoriza a desafetação do domínio público e depois sim, se nós autorizarmos, irá à Câmara Municipal para a aprovação da alteração do alvará de loteamento. Nós aqui não estamos a aprovar previamente a alteração do alvará, nós estamos é a permitir que a Câmara depois de desafetarmos do domínio publico a Câmara altere o alvará. Mas não, e eu digo-lhe, a proposta da redação, ou a redação não é feliz mas o conteúdo que aqui está, quer no parecer técnico quer em tudo mais vem neste sentido. O que é solicitado à Assembleia Municipal é que previamente à análise da Câmara Municipal do loteamento delibere se desafeta ou não do domínio público, não da função da legitimidade de alteração do alvará, mas saber se nós em função da legitimidade da desafetação do domínio publico. Mas o senhor Diretor está aqui e também pode o Senhor Presidente chama-lo diretamente".-----

Diretor Urbanístico - Eduardo Viegas: "Muito boa noite. A situação é precisamente como o Senhor Presidente da Assembleia explicitou. O que está em causa não é uma aprovação prévia da Assembleia quanto à alteração ao alvará de loteamento mas sim o que é prévio é a desafetação do domínio público Municipal para que aí sim a Câmara



Municipal possa deliberar, aprovar ou não, a alteração ao alvará. E é exatamente essa, sem essa condição estar cumprida não poderá ser aprovada a alteração ao alvará. E é isso que está em cima da mesa". -----

Francisco Oliveira: Os dois que nós aprovámos aqui, e isto é só por uma questão burocrática. A questão que eu estou aqui a colocar é meramente para que agente amanhã não tenha um problema de vir aqui com uma impugnação dizendo que estamos a inverter o processo. Porque os dois que fizemos aqui, dois que fizemos exatamente e que retirámos do domínio público, vieram com a proposta já definida com a alteração ao alvará naturalmente sob condição de a Assembleia Municipal vir a desafetar do domínio público municipal estes lotes ou este terreno. A questão é esta, por nós não tem problema. A questão é que não há já aqui uma inversão da situação e que mais tarde esta questão não seja impugnada e que eventualmente tudo aquilo venha a ter uma reversão. Portanto para nós, se calhar num entendimento mais tradicional é: Proposta definida ou definitiva da Câmara Municipal e do Executivo com proposta para que seja desafetada e que nesse sentido há já alteração ao alvará. Vindo cá se há efetivamente desafetação do domínio público, então naturalmente sob condição do alvará ser devidamente confirmado. É esta a ideia". -----

Presidente da Assembleia: "É verdade, a única diferença que nós temos aqui e o Senhor Diretor corrigir-me-á, a única diferença que temos aqui é, se nós não desafetarmos do domínio público, porque este já entrou no domínio público, se não desafetarmos a Câmara não pode opinar sobre a legitimidade do alvará de loteamento. Não retira legitimidade à pretensão, pois não Senhor Diretor? Quer dizer, se nós remetermos, só opera se a Câmara aprovar o loteamento, a alteração torna-se efetiva". -----

Diretor Urbanístico - Eduardo Viegas: "Não creio que a situação que explicitou, obste ou que cause algum constrangimento". -----

Pedro Coelho: " Os documentos que me chegam agora são exatamente os mesmos que chegaram. O que o Senhor Presidente referiu, julgo que poderia ser muito adiante uma solução, essa solução deveria ter sido plasmada num documento que agora vinha a apreciação. Tinha simplificado todo processo, agora remeter toda a documentação quando as dúvidas já existiam. É ler a ata, que também mais uma vez aprovamos hoje onde estas questões foram todas claramente afloradas."-----



Renato Pimenta: "Se tanto percebi, o que nós estamos a fazer é a desanexação e a reafecção de espaços que estavam sobre o domínio público e sob o domínio privado e vice-versa, para depois podermos fazer uma alteração ao loteamento. Se não houver esses espaços no âmbito privado não dá?-----"

Presidente da Assembleia: "Não."-----"

Francisco Oliveira: "Já disse que não me oponho à votação e que seja votada nesse sentido. A única coisa que pretendo é que eventualmente ela depois não posso ser impugnada pela inversão do processo. Se é assim, tudo bem."-----"

Presidente da Assembleia: "A Câmara Municipal remete-nos um documento com vista à aprovação. A engenheira civil Tânia Silva diz: *informa-se que a desafetação de áreas de cedência do domínio público para o domínio privado requer aprovação em Assembleia Municipal. O que nós estamos a fazer aqui, e entenda-se domínio privado da Câmara Municipal, não estamos a passar para o domínio privado nenhum privado. Estamos a passar do domínio público da Câmara Municipal, porque estava assim no alvará de loteamento e que passa para o domínio privado, porque já entrou na esfera patrimonial da Câmara Municipal, só que sai de um domínio público, que não pode ser utilizado para outro fim, que não o fim público, para domínio privado, que aí pode ser permutado e pode ser alterado. Neste caso, a única coisa que nós fazemos, depois da nossa deliberação o imóvel, o prédio continua a ser do município, só que sai da parte pública para a parte privada. Portanto, não há aqui desafetações, não há estilhaçar de qualquer dominialidade da Câmara Municipal. Se o alvará não for aprovado a Câmara fica com uma parte de terreno que está no seu domínio público passa a estar no domínio privado. A eficácia da deliberação mantém-se, não há aqui nenhuma nulidade, porque é como se a Câmara, sem qualquer justificação para alteração do alvará de loteamento nos pedisse essa passagem, com uma finalidade que entendesse por válida e portanto já o fizemos aqui várias vezes e não vejo, como vos disse, a única infelicidade vem na redação do ponto com o "prévio", se não tivesse não estávamos a discutir nem da outra vez, nem agora."-----"*

Pedro Coelho: "Julgo que o que referiu é muito importante e julgo que o arquiteto deverá esclarecer se é exatamente o que o senhor Presidente colocou. Julgo que é o que refere, mas a informação diz domínio privado e domínio público. Não refere que é domínio privado da autarquia. O que o senhor Presidente entendeu e parece-me correto é que é domínio privado do município, da autarquia. Se é assim, não estamos a



transferir para o domínio privado de um privado, estamos a transferir de um domínio do município para outro domínio do município. E essa questão facilita em tudo a decisão."-----

Presidente da Assembleia: "A Câmara Municipal ou o município só consegue transferir para privados de uma forma, que é vendendo ou permutando. Atenção, mas nós não estamos a aprovar permutas. Nós estamos única e exclusivamente a aprovar a deliberação da passagem de um domínio público para domínio privado do município. O que a Câmara fizer depois de estar no domínio público é que poderá vir ou não à Assembleia Municipal e daí o "prévio". Que enquanto não estiver no domínio privado do município a Câmara não pode deliberar a alteração do alvará. O que nós estamos a fazer é, estamos a mudar cores."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: duas (02) Leonardo Paço e Vera Belchior -----

Ausências: uma (01) Ana Ramos -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Carlos Oliveira, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes.-----

PONTO VINTE E CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Mesa da Assembleia Municipal, de tomada de posição sobre o pagamento das senhas de presença aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "A nossa proposta é a retirada do ponto, não sei se vale a pena estarmos aqui a fundamentar este pedido. É entendido que, neste momento, havendo uma ação judicial estarmos a tomar deliberações ou decidirmos qualquer coisa sobre



esta matéria é estéril. Portanto, propomos a retirada do ponto da ordem de trabalhos."-----

Presidente da Assembleia: "Só um esclarecimento da mesa, do porquê deste ponto vir. Os senhores deputados receberam o resumo por parte da sociedade de advogados que irá patrocinar esta contestação, como tal, foi proposto pelos mesmos que viesse à Assembleia Municipal após a entrada da ação dos senhores Presidentes de Junta. Nessa sequência, a mesa reuniu e deliberou trazer esta posição, que poderia ter uma de duas, ou ir a votação, ou que fosse votada a sua remoção. A proposta que neste momento está em cima da mesa, atendendo e se disser alguma coisa que não seja, corrigir-me-á, é que atendendo que há uma ação peticionada contra o município, atendendo que ainda corre o prazo para apresentar a contestação, é proposto a remoção deste ponto da discussão, para que seja o tribunal a decidir sobre ela."-----

Vera Belchior: "Foi-me informado que a deliberação que fizemos no final do ano passado, a posição que os membros da Assembleia tomaram, que não era legal. Como isto é uma área que eu não domino, gostava de perceber se essa deliberação pode ou não ser feita pelos membros da Assembleia, e se efetivamente é legal ou não."-----

Presidente da Assembleia: "É uma questão de opinião. Porque se nós, membros da Assembleia Municipal aprovamos o regimento e se temos a função e a capacidade de aprovar as deliberações e o modo como a Assembleia é regida. Quer do ponto de vista do pagamento das senhas de presença aos senhores Presidentes de Junta, quer do ponto de vista do pagamento das comissões, cabe a esta Assembleia definir esse procedimento. Tanto que, há Assembleias Municipais, uma das maiores, de Gaia, tem no seu próprio regimento que foi aprovado pela própria Assembleia o pagamento dessas senhas de presença. Ora, se nós dissermos em regimento que as reuniões dos líderes de bancada serão pagas, isto não invalida uma deliberação à posteriori, é uma questão de esclarecimento. Porque foi solicitado também por um membro desta Assembleia Municipal, um Presidente de Junta, que a Assembleia se pronunciasse sobre, eu não considero que seja nula ou ilegal, considero apenas que a Assembleia Municipal tomou uma deliberação, em função daquilo que era a decisão do Presidente da Mesa, deliberar não pagar. Sei que há quem corrobore ilegalidade da deliberação no sentido de que a Assembleia não pode deliberar sobre ela se pagar a ela mesma, mas nós fazemo-lo quando definimos que as comissões são pagas, nós fazemo-lo quando definimos que as reuniões de líderes são pagas, se houver reuniões ou comissões permanentes que elas



são pagas, portanto não há outro órgão que defina isso, que não o regimento. E se o regimento é aprovado em Assembleia, "mutatis mutandis" temos legitimidade para o fazer. Mas isto, como vos digo, é uma questão de interpretação."-----

Adriano Ferrão: "Só para assinalar que nós, a bancada do PSD subscreve esta proposta e aguardamos pacientemente a decisão do tribunal."-----

Francisco Oliveira: "Tenho um entendimento oposto, até porque a interpretação que a DGAL me deu foi exatamente que não será possível, uma vez que não cabe nas competências da Assembleia Municipal o pagamento ou a instrução ou indicação do pagamento das senhas de presença sejam elas quais forem é dada pelo Presidente da Assembleia. É uma competência própria, nesse sentido, de facto qualquer deliberação sobre o nosso próprio pagamento ou alteração das senhas, não está na nossa competência. Portanto, entendo que realmente há interpretações diversas, razão pela qual entendemos retirar este ponto da ordem de trabalhos e deixar ao tribunal a difícil tarefa de vir aqui deliberar se é ou não e se temos a possibilidade de o fazer."—

Presidente da Assembleia: "Vamos votar sobre a remoção do ponto com os fundamentos apresentados."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a remoção do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: quatro (04) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Vera Belchior e Gaspar Meirinho-----

Ausências: uma (01) Ana Ramos -----

Votos a favor: vinte (20) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, João Silva, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, José Vila-Nova, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Carlos Oliveira, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Vogal da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A aprovada por maioria dos presentes a retirada do ponto.-----

Presidente da Assembleia: "A minha declaração de voto prende-se única e exclusivamente com uma questão de orientação, não de posição sobre o pagamento das senhas. Eu já expliquei isto de algumas formas, mas quero que fique escrito em ata. Que é uma decisão e uma prática que vem desde o mandato de dois mil e dois até esta data, nunca foi posta em causa em termos de posição regimental, nunca foi posta em



causa como uma orientação diversa de todos estes mandatos anteriores. Como tal, efetivamente, caberá ao tribunal posicionar-se sobre a resposta e eu também há pouco discuti esta questão com o Dr. Francisco Oliveira e portanto farei um ofício ao senhor Presidente da Câmara para que remeta aos advogados no sentido de, não digo de defender a posição do não pagamento, mas que sejam manifestadas as motivações que têm sustentado o não pagamento desde o mandato de dois mil e um. E portanto será nesse sentido, eu sei que alguns Senhores Presidentes de Junta personalizam a posição em mim, nestes últimos dois mandatos sim, embora no que diz respeito à posição portanto caberá aos advogados indicados para o efeito depois fazerem com aquilo que tem sido o argumento". -----

PONTO VINTE E SEIS

Apreciação e votação da Moção apresentada pela CDU - Preservar o Ambiente e a Natureza, Prevenir Alterações Climáticas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta lê Moção. (doc. n.º 6 anexo a esta ata)-----

João Silva: "Boa noite a todos. Apenas para congratular a CDU por esta moção, isto não é um tema da CDU é um tema global e como tal o PSD com todo gosto irá votar a favor desta moção". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Ana Ramos -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

Vera Belchior: "O PAN votou favoravelmente a presente moção por considerar que todos os elementos são poucos para se dar destaque ao enorme desafio que temos em



mãos, a luta contra as alterações climáticas. No entanto não podemos deixar de referir que moção que zela pela preservação da natureza é a mesma que faz referência a alarmismos em torno das alterações climáticas. Falemos então de alarmismos. De acordo com o último relatório produzido para a Cimeira da Ação Climática da ONU que decorreu este mês, de forma a não atingirmos um ponto central de abatimento teríamos de aumentar globalmente em cinco vezes as medidas de mitigação atualmente estabelecidas. No seguimento da Cimeira as principais organizações Mundiais da Ciência Climática produziram um relatório onde incluem os dados atuais sobre o estado do clima, sublinhando a urgência de uma transformação socioeconómica. Desse relatório destacam-se conclusões como: Os últimos cinco anos são os mais quentes desde que há registo, a subida das águas está a acelerar e ouve um aumento de vinte e seis por cento da acidificação dos oceanos. As emissões de CO2 estão a aumentar cerca de um por cento anualmente sendo que os combustíveis fósseis continuam a dominar os sistema global de energia. As alterações climáticas colocam pressão adicional sobre os terrenos e na sua capacidade de suportar e fornecer elementos, água, saúde e bem-estar. Os impactos climáticos aumentam o risco de ultrapassar pontos de não retorno, esses impactos estão a chegar de forma mais violenta e mais cedo do que o previsto. Dito isto não consideramos alarmistas as declarações feitas ou posições tomadas por parte de quem verdadeiramente se preocupa com a sustentabilidade do planeta, como tal, consideramos a preocupação da CDU com o ambiente, redutora mas positiva, por se verificar que começa a surgir alguma preocupação sobre as questões ambientais. No entanto é tempo de agir em conformidade com os desafios que se apresentam". -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:35 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de Setembro de 2019 -----

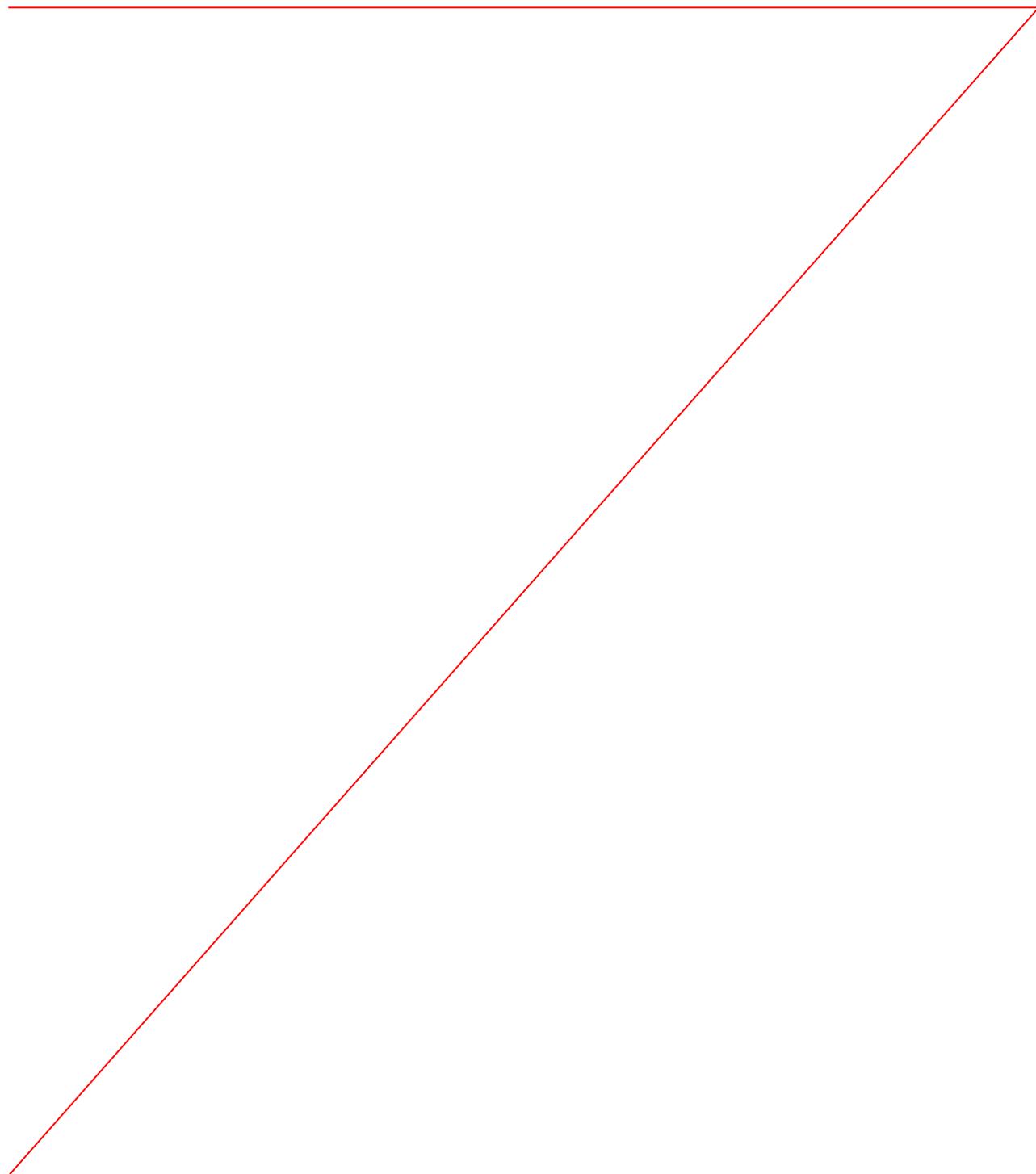
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____



A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____



A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto aos pontos:

15. Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais – Área da Saúde – Ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
16. Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais – Áreas Portuário-Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento - Ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

Vota **CONTRA** e vem apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contar por a municipalização dos serviços tal como está agora prevista, não ser mais que um despejar para os municípios de serviços que deveriam ser assegurados pela Administração Central.

A regionalização prevista na Constituição da República Portuguesa, por seu lado, iria assegurar a proximidade necessária às populações e igualdade de tratamento para todos os seus contribuintes não acentuando as diferenças de qualidade de serviços para entre aqueles que vivem nos grandes centros e os que vivem no interior.

Albufeira, 27/09/2019

O eleito da C. D. U.

Rénato J. M. M. Pimenta



Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto aos pontos:

15. Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais – Área da Saúde – Ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

16. Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta relacionada com a transferência de competências para as autarquias locais – Áreas Portuário-Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento - Ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

Vota **CONTRA** e vem apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contar por a municipalização dos serviços tal como está agora prevista, não ser mais que um despejar para os municípios de serviços que deveriam ser assegurados pela Administração Central.

A regionalização prevista na Constituição da República Portuguesa, por seu lado, iria assegurar a proximidade necessária às populações e igualdade de tratamento para todos os seus contribuintes não acentuando as diferenças de qualidade de serviços para entre aqueles que vivem nos grandes centros e os que vivem no interior.

Albufeira, 27/09/2019

O eleito da C. D. U.

Rénato J. M. M. Pimenta



Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto:

17. Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0%, para o ano de 2020;

Vota **CONTRA** e vem apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contra na isenção da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, não por entender que a mesma deve ser taxada aos munícipes, mas por entender que tal taxa deve ser tributada directamente às empresas que deles beneficiam, e necessitam para fornecer os seus serviços e daí tirarem proveitos.

Albufeira, 27/09/2019

O eleito da C. D. U.

Renato J. M. M. Pimenta



Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto:

18. Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Lançamento de Derrama para o Ano de 2020 em 0%;

Vota **CONTRA** e vem apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contra a taxa de 0% da derrama municipal, por entender que a mesma deveria ser tributada aos lucros das empresas com volume de negócios acima dos €150.000 de vinculando a taxa a apurar à habitação social.

Albufeira, 27/09/2019

O eleito da C. D. U.

Renato J. M. M. Pimenta



Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto:

20. Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Participação Variável no IRS em 0%;

ABSTEM-SE e vem apresentar:

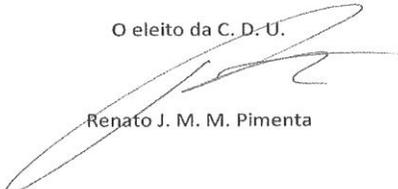
Declaração de Voto

A CDU abstem-se por entender que esta medida promove a diferença de tratamento entre aqueles que vivem em municípios com recursos para os isentar e os que vivem no interior.

Promove também uma desigualdade entre aqueles que pagam e os que nada recebem. Sendo que o IRS na modalidade em que é aplicado é um instrumento de nivelação de rendimentos.

Albufeira, 27/09/2019

O eleito da C. D. U.


Renato J. M. M. Pimenta



Moção

Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas

As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para a inverter.

A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício.

É sentimento geral a necessidade de adoptar medidas no sentido da protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os factores, objectivos e subjectivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível. Enfrentá-los exige e adopção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem. Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera.

Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de Abril de 1974, o Poder local democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente:



O abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público; a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes; Uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos; O desenvolvimento duma política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer. E ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre.

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da acção mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume.

A protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adopção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias.

A Assembleia Municipal de Albufeira reunida a 27/09/2019 delibera:

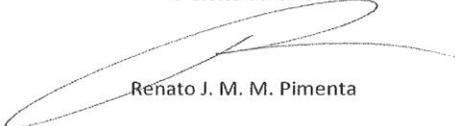
1 - Exigir a adopção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exige o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local.



2 - Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.

3 – Instar o município a prosseguir e a intensificar as acções, medidas e projectos que no quadro geral de um programa de protecção dos valores ambiental e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas.

O Eleito da CDU



Renato J. M. M. Pimenta